

delito cometido, e encaminhá-lo a um local de prestação de serviços adequado, de acordo com suas características e possibilidades de realizar um trabalho condizente com suas habilidades, bem como consideração aos horários de trabalho do beneficiário, para que não atrapalhe sua jornada de trabalho diária.

Esses dados são coletados por meio de uma entrevista semiestruturada, que conta com perguntas pontuais sobre aspectos mais relevantes da vida dos atendidos, como vida profissional, o histórico de saúde, uso de substâncias psicoativas e outras informações as quais todos os membros da equipe podem ter acesso por não vincular-se a aspectos sigilosos. Além disso, é interesse da equipe da Psicologia compreender em quais contextos os assistidos em questão se encontram, sua história de vida, aspectos que se relacionam ao delito cometido e outras informações que por se tratarem de aspectos mais íntimos, não são descritas na triagem em questão.

Assim, em todas as ações a equipe de Psicologia do Programa Patronato tem como base o sigilo previsto no Código de Ética que prevê a proteção e a confiabilidade da intimidade dos atendidos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). As informações que necessitam ser registradas e que são sigilosas são arquivadas em local individual, contanto com acesso apenas da equipe da Psicologia do Programa.

A triagem psicológica também tem a proposta de promover um espaço de fala para os atendidos, que frequentemente comparecem ao Programa necessitando de orientações quanto ao processo de cumprimento de sua pena e primordialmente demonstram a necessidade de comunicar aspectos particulares diversos. Muitos desses sujeitos que carregam o estigma de egresso penitenciário relatam situações de violência vivenciadas no sistema prisional, fruto de uma organização falha e que tem como princípio primeiro a punição. Uma escuta qualificada nesses casos pode desencadear vínculos necessários para a reintegração social e abre espaço para orientações pertinentes para cada caso.

Dessa maneira, a triagem psicológica é um dos pontos primordiais da atuação do psicólogo e do graduando de Psicologia do Patronato, pois a partir dela se realiza o acolhimento, a escuta qualificada, a coleta de informações e os encaminhamentos. O seu estabelecimento e sistematização como uma das ações no Programa foi uma das conquistas que fizeram o trabalho em equipe mais completo e os encaminhamentos mais eficazes.

OBJETIVO DO RESUMO EXPANDIDO

Demonstrar a importância da triagem psicológica no contexto do Programa Patronato Maringá para o levantamento de demandas de encaminhamentos.

OBJETIVO DA ESCUTA PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DO PROGRAMA PATRONATO DE MARINGÁ

Demonstrar a importância da triagem psicológica no Programa Patronato Maringá para a reinserção de indivíduos em conflito com a Lei..

METODOLOGIA

Este resumo pretende expor a importância da escuta psicológica no contexto do Programa Patronato de Maringá.

RESULTADOS

Sendo a triagem psicológica uma entrevista semiestruturada, os profissionais e graduandos deixam-se nortear por elas, contudo, sempre abordam outras questões que julgam necessário. Com os manejos necessários, busca-se deixar o entrevistado confortável para expressar aspectos complexos de sua vida.

O profissional ou graduando da Psicologia que conduz a triagem psicológica de maneira acolhedora, realizando uma escuta atenta e respeitosa com esses indivíduos que sem encontram recorrentemente fragilizados. A importância da triagem psicológica se dá quando esta deixa de ser apenas um momento de entrevista, passando a se constituir como um ambiente de troca de experiências, acolhedor e sem julgamentos. Deixar o indivíduo livre para se expressar, e assim, ao final da triagem, ao analisar com atenção, respeito e ética a fala do outro, o profissional realiza se necessário algum tipo de encaminhamento para o assistido. Quando este encaminhamento não é feito por determinação do Juiz, a escolha de participação dele pela equipe fica a critério do sentenciado.

CONCLUSÕES

A triagem psicológica é um instrumento compreendido como uma entrevista semiestruturada e tem como finalidade entender a relação do indivíduo na sociedade e o entendimento de seu delito e suas condições sociais, assim como permitir e possibilitar que o sujeito apenado verbalize as suas angústias e pensamentos de forma que seja possível realizar alguns encaminhamentos a programas que possam auxiliar o sujeito em algum processo de transformação ou de reinterpretação da realidade. Para além de um caráter de coleta de dados, a triagem é uma forma de escuta e acolhimento de pessoas que estão em conflito com a lei, permitindo concomitantemente que este indivíduo tenha um espaço de fala.

REFERÊNCIAS

CHAMMAS, Débora. *Triagem estendida: um modo de recepção de clientes em uma clínica-escola de psicologia*. 2009. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, 1987.

EVANGELISTA, Maria Dora R. *Prisão aberta: a volta à sociedade*. São Paulo: Cortez, 1983.

PERFEITO, Hέλvia Cristine Castro Silva; MELO, Sandra Augusta de. Evolução dos processos de triagem psicológica em uma clínica-escola. *Estudos de psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 33-42, jan./abril 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2004000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09set. 2017.

Sessão 13 – Texto 155

Atuação do Programa Patronato de Maringá/PR junto aos autores de violência doméstica

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Marcos Leandro Klipan¹, Ana Priscilla Vendramini², Andressa Carolina Viana dos Santos³, Jenniffer Lucas⁴, Leonardo Tessarollo⁵, Mariane Gobbi⁶, Vivian Reis Liberato⁷

¹Prof.º Depto de Psicologia da Uem–DPI/UEM, contato: mklipan@gmail.com

²Graduanda do 5º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: anaprivendramini@gmail.com

³Graduanda do 3º ano do curso de Psicologia da UEM, contato:andressacarol.vs@gmail.com

⁴Psicóloga do Programa Patronato Penitenciário de Maringá, contato: jennifer.lonkoski.lucas@gmail.com

⁵Graduando do 3º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: leonardotessarollo@gmail.com

⁶Graduanda do 5º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: mahh.gobbi@hotmail.com

⁷Graduanda do 4º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: vivianliberato5@gmail.com

Resumo. *O presente resumo tem o objetivo de apresentar a atuação e os resultados da prática do Programa Patronato de Maringá junto aos autores de violência doméstica. Denominado Programa Basta, essa estratégia tem o objetivo de criar um espaço de fala a esses indivíduos a fim de discutir, problematizar e desconstruir preconceitos que fortalecem a hierarquização de gênero. Para tanto, introduzimos o conceito de gênero e violência de gênero, os aspectos culturais explícitos nessa temática, bem como algumas estatísticas que discriminam quem são em sua maioria esses autores. Posteriormente, descremos aspectos gerais da Lei Maria da Penha e seu alcance na luta contra a violência de gênero, para então fundamentar a importância de estratégias como essa, que desculpabilizam o autor de violência doméstica e que busca a formação de reflexões responsabilizantes a partir de uma perspectiva educativa.*

Palavras-chave: *violência doméstica – gênero – Programa Basta.*

Introdução

As discussões de gênero demarcam um importante passo conceitual no âmbito das relações entre o masculino e o feminino. O seu conceito passou a ser construído inicialmente por teóricas do feminismo que perceberam a vulnerabilidade do termo mulher e que questionaram as relações socialmente construídas entre os gêneros e as suas variações e hierarquização social (WALSELFLSZ, 2015).

Sendo o gênero um conceito que se encontra em constante construção, podemos contextualizá-lo, por hora, como um campo que abrange tanto os elementos constitutivos das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos, quanto uma forma primária de relações significativas de poder (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012). Partindo do pressuposto que as relações de poder entre o masculino e o feminino se dão de maneiras distintas e desiguais, estudos sobre a violência de gênero tem ocupado um importante lugar nas discussões sobre gênero, na

medida que pretendem desconstruir preconceitos que intensificam essa hierarquização e influenciam diretamente nos índices alarmantes de violência contra a mulher.

Problematizar o modelo de dominação masculina e investigar o contexto no qual ocorre a violência de gênero são as bases para a compreensão de suas peculiaridades, bem como são os pontos primordiais tanto para o trabalho com as mulheres em contexto de violência, quanto para o trabalho com os autores de violência doméstica. Nessa problematização, não se pode desprezar os elementos culturais que são os grandes indutores da violência, à medida que imagens dos papéis sociais tradicionalmente destinados ao feminino e ao masculino são perpetuados pelos vários veículos de comunicação, ligando o feminino à esfera familiar e à maternidade, e o gênero masculino a esfera pública, concentrador dos meios materiais.

A distribuição desses papéis reflete inclusive a tradicional divisão dos espaços: o homem é vítima da violência na esfera pública, e a violência contra a mulher é perpetuada no âmbito doméstico, onde o agressor é frequentemente o próprio parceiro (GIFFIN, 1994). Walsz (2015) confirma esse dado ao discorrer sobre os agressores a partir de atendimentos realizados a mulheres pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que se encontravam em situação de violência. Em 2014 foi registrado que 82 % das agressões a crianças do sexo feminino de 1 a 11 anos de idade partiram dos pais, principalmente da mãe, que concentra 42,4% das agressões. Para as adolescentes de 12 a 17 anos de idade, o peso das agressões divide-se entre os pais (26,5%) e os parceiros ou ex-parceiros (23,2%). Para as jovens e as adultas entre 18 e 59 anos de idade o agressor principal é o parceiro ou ex-parceiro, concentrando a metade de todos os casos registrados. Já para as idosas, o principal agressor foi um filho (34,9%). No conjunto de todas as faixas etárias, os índices demonstram que os parentes imediatos, parceiros ou ex-parceiros são responsáveis por 67,2% pelos casos de violência de gênero em 2014.

Com o fim de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher entrou em vigor em 22 de setembro de 2006 a Lei Marinha da Penha, que restringe a proteção aos casos de violência que ocorrem em ambiente doméstico, nas relações familiares ou em relações íntimas (BRASÍLIA, 2010), por serem estes os contextos e situações em que as mulheres mais sofrem violência. A Lei também amplia a compreensão da violência de gênero ao tipificar outras condutas, além da violência física, que também caracterizam violência, tais como a violência sexual, psicológica, moral e patrimonial (BRASÍLIA, 2010).

Compreender a violência de gênero em seus múltiplos aspectos nos auxilia a potencializar a crítica social sobre o papel da mulher na sociedade e a ampliar as formas como ela cria e enfrenta a violência de gênero. A compreensão desse tipo de violência como fator cultural auxilia também na desculpabilização do autor de violência, a busca de implantação de estratégias em uma perspectiva educativa baseada no processo de reflexão responsabilizante.

Tendo em vista esses múltiplos fatores vinculados a violência de gênero, o Programa Patronato de Maringá desenvolve, a partir dessa perspectiva educativa, um importante trabalho com autores de violência doméstica a partir de palestras realizadas pela equipe multidisciplinar do Patronato. O Programa Basta, objeto de descrição nesse resumo, desenvolvido pelo Programa Patronato, busca problematizar, discutir e desconstruir preconceitos que fortalecem a hierarquização de gênero e as diversas formas de violências contra a mulher.

Atuação do programa patronato de maringá com autores de violência doméstica: apontamentos a partir da prática de extensão

O Programa Patronato de Maringá foi criado no ano de 2013, e faz parte de um projeto de extensão vinculado a Universidade Estadual de Maringá (UEM), possuindo parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) e a Secretaria da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI) (PROGRAMA PATRONATO DE MARINGÁ, 2015). O Patronato cumpre a função de auxílio na inclusão social de egressos por meio da fiscalização e acompanhamento do cumprimento de penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de medidas alternativas da Comarca de Maringá (SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITO HUMANOS, 2013).

Dentre as frentes de trabalho do Programa, se destaca a atuação com autores de violência doméstica através de uma abordagem reflexiva e responsabilizante. O grupo reflexivo tem a proposta de discutir o fenômeno da violência doméstica, propondo orientações que visam prevenir e estimular o rompimento do ciclo da violência por meio de outras vias de solução de conflitos que não passem pela violência.

O grupo Basta é executado semanalmente por profissionais e graduandos da equipe multidisciplinar do Programa Patronato de Maringá, que abordam a violência a partir de cada área da atuação. Dentre as temáticas discutidas nos módulos, podemos destacar a explicitação da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher como uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais estabelecidas entre homens e mulheres, a tipificação das violências, os índices de violência contra as mulheres.

Torna-se importante destacar que grande parte desses atendidos não tiveram acesso antes de se tornarem assistidos do Programa, a informações sobre a violência de gênero e, portanto, a prática com esse público tem nos mostrado que a reflexão e a orientação desses indivíduos são passos iniciais importantes para a transformação da realidade em que se encontram inseridas as mulheres.

Objetivo do resumo expandido

Apresentar o Programa Basta como uma importante estratégia para se discutir, problematizar e superar antigos e simultaneamente atuais problemas vinculados a violência de gênero.

Objetivo do programa patronato na atuação com autores de violência de gênero

Realizar por meio desse Projeto orientações e reflexões responsabilizantes.

Metodologia

As palestras no Projeto Basta ocorrem semanalmente e são realizadas pela equipe de profissionais e graduandos do Programa Patronato de Maringá, composta pelas áreas de Psicologia, Direito, Serviço Social, Pedagogia e Administração. Dois dos módulos são realizados pela equipe da Psicologia, um módulo é realizado pela equipe do Direito, dois módulos pela equipe de Serviço Social e um módulo pelas equipes da Pedagogia e

Administração.

O objetivo geral da equipe é instrumentalizar esses indivíduos com informações e discussões as quais recorrentemente não teriam acesso, provocar reflexão sobre os aspectos da violência de gênero e orientá-los a lidar de maneira não violenta em relação aos conflitos que vivenciam.

Resultados

A partir da prática em extensão com autores de violência doméstica, constatamos que estratégias como o Projeto Basta provocam repercussões relevantes no trabalho com essa temática. A partir da abordagem de palestras reflexivas, se identifica importantes avanços na concepção de violência contra a mulher e sobre a hierarquização de gênero estimulada socialmente.

O acesso a informações que frequentemente não são explicitadas por outros meios, o espaço de fala fornecido a esses indivíduos, a possibilidade de questionamento de conceitos pré concebidos e que validam a desigualdade de gênero, o espaço para a orientação sobre maneiras mais saudáveis de tratar as situações cotidianas, são importantes passos dados em direção a temática de gênero. A implantação de estratégias como essas são relevantes por considerarem primeiramente o fenômeno da violência de gênero como fator cultural e, portanto, desculpabiliza o autor de violência contra a mulher e considera que frentes de trabalho com perspectiva educativa promovem melhores condições de desconstrução de estigmas que fortalecem o fenômeno da violência de gênero.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas sobre a atuação de psicólogos (os) em programas de atenção a mulher em situação de violência. 2013. Disponível em: < <http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOP-Violencia-Mulher.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2017.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. 1994. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500010&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 05 set. 2017.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Patronato

Municipal: Municipalização da Execução das Alternativas Penais. 2013. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/arquivos/File/Patronato/cartilha_patronato_SEJU_29.pdf

>. Acesso em: 01 set. 2017.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil. 2015. Disponível em < http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 06 set. 2017.

Sessão 17 – Texto 046

Participação de Acadêmicas de Enfermagem no Atendimento a Gestantes com Toxoplasmose no Ambulatório de Especialidades do Hospital Universitário de Maringá

Área Temática: Saúde

Cibelle Marques Lima¹, Keller Karla de Lima², Fernanda Ferreira Evangelista³,
Cristiane Riedo de Oliveira⁴, Lourenço T. Higa⁵, Deise Serafim⁶

¹Aluna do curso de Enfermagem, discente e bolsista DEX – UEM, contato: cibelle0801@me.com

²Aluna do curso de Enfermagem, discente – UEM, contato: kellerkarlalima@gmail.com

³Mestranda no Departamento de Ciências Básica da Saúde – UEM, contato: fer.evangelista@hotmail.com

⁴Enfermeira do Ambulatório de Especialidades do Hospital Universitário Regional de Maringá – UEM, contato: crisriedo@hotmail.com

⁵Prof. Dr. Do Hospital Universitário Regional de Maringá – UEM, contato: lourencohiga@gmail.com

⁶Docente do Departamento de Enfermagem – DEN/UEM, contato: dserafim@hotmail.com

Resumo. A toxoplasmose é uma doença parasitária de distribuição mundial, causada pelo protozoário intracelular obrigatório chamado *Toxoplasma gondii*. É uma doença que acomete a maioria dos mamíferos e na maior parte dos casos é assintomática. Sua importância está na infecção aguda na gestação, pelo risco de transmissão vertical, podendo ocasionar graves problemas para o feto. O objetivo do presente estudo é descrever o atendimento às gestantes com suspeita de toxoplasmose aguda encaminhadas ao Ambulatório de Especialidades do Hospital Universitário de Maringá, destacando a relevância do acompanhamento, as orientações direcionadas à preocupação e reação das gestantes e familiares acerca da sorologia positiva e a trajetória destas gestantes durante a gestação até o nascimento do filho. Os dados foram coletados por meio de relatos de experiência das consultas realizadas neste ambulatório, no ano de 2017.

Palavras-chave: Toxoplasmose – Gestante – Ambulatório

1. INTRODUÇÃO

A toxoplasmose é uma doença parasitária obrigatoriamente intracelular, microscópica, causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, considerada a parasitose mais comum do mundo (REMINGTON, 2015). Diversas são as formas de transmissão da zoonose, ocorrendo por ingestão de oocistos em alimentos, de cistos em carnes cruas ou mal cozidas, suína, ovina e bovina, e taquizoítas em ovos crus ou mal cozidos que estejam contaminados, água e por via transplacentária (DUBEY e SU, 2009).

Esta doença acomete um terço da população mundial, com infecções normalmente assintomáticas, ou seja, a primo-infecção é assintomática em 80 a 90% dos indivíduos imunocompetentes (DUBEY e SU, 2009). No Brasil, 50% a 83% dos indivíduos adultos são soropositivos, ou seja, já são imunes (REMINGTON, 2015) e na América do Sul este protozoário apresenta elevada diversidade genética, e os casos mais graves são aqueles de coriorretinite por toxoplasmose, adquirida, após o nascimento (GRIGG, 2015).

Porém, o maior risco acontece quando ocorre a infecção materna primária durante

a gestação tornando-se de elevada importância pelo risco de transmissão vertical e das graves consequências para o feto (PINARD et al., 2003). A taxa de transmissão via transplacentária durante a gestação corresponde a 10% no primeiro, 30% no segundo e 70% no terceiro trimestre (PINARD et al., 2003). Entretanto, as consequências são mais graves nos dois primeiros trimestres. (REMINGTON, 2015). As consequências mais frequentes em casos de transmissão vertical são surdez, cegueira, calcificação cerebral, retardo mental, petéquias, microcefalia e até mesmo aborto (REMINGTON, 2015).

Tendo em vista a relevância do controle desta zoonose no período gestacional e as recomendações do Manual de Gestação de Alto Risco do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), foi criada há oito anos uma rede de atendimento para o controle da toxoplasmose gestacional e congênita nos serviços de atenção pública dos municípios da 15ª Regional de Saúde do Paraná (RS/PR), em parceria com o grupo de pesquisa Toxoplasmose DBS/Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM), localizados no noroeste do Paraná, região sul do Brasil. Este serviço tornou-se referência para todas as Unidades Básicas de Saúde desta regional. As gestantes são encaminhadas ao ambulatório pelo médico ou enfermeira da unidade básica de saúde. São realizados atendimentos individuais, onde são analisados os exames laboratoriais e ultrassonografias, definido o diagnóstico de infecção aguda ou imunidade à doença, o tratamento necessário e orientações, principalmente para aquelas gestantes suscetíveis. É um atendimento multiprofissional, que garante um acompanhamento adequado dos casos de alto risco. Dentre as orientações fornecidas às gestantes, inclui-se a importância do início do pré-natal o mais precocemente possível, garantir o agendamento imediato para o atendimento específico no ambulatório da toxoplasmose do HUM, orientar a necessidade da alteração da referência hospitalar para o parto, acompanhamento das crianças com risco de infecção congênita até um ano de vida e todas as estratégias contidas no Caderno de Atenção Pré-natal da Toxoplasmose da Rede Mãe Paranaense do ano de 2016.

O objetivo deste trabalho foi realizar uma descrição do atendimento realizado no ambulatório de especialidades do Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM) com gestantes suspeitas de toxoplasmose aguda, destacando as reações destas mulheres e familiares acerca da sorologia positiva, a importância do acompanhamento durante o período gestacional e puerpério, e as orientações pertinentes.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva sobre o atendimento realizado no ambulatório de especialidades do HUM, com gestantes suspeitas de toxoplasmose aguda gestacional. Os dados foram coletados por meio de relatos de experiência das consultas realizadas neste ambulatório no ano de 2016 e as orientações foram baseadas nas estratégias contidas no Caderno de Atenção Pré-natal de Toxoplasmose da Rede Mãe Paranaense.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde 2006, o ambulatório de especialidades do HUM atende gestantes, independente da idade gestacional, encaminhadas pelo médico ou enfermeira que realiza o pré-natal nas unidades básicas de saúde e funciona como serviço de referência para toda a 15ª Regional de Saúde do Paraná. Estas gestantes são atendidas de quintas-feiras no período vespertino e sextas-feiras no período matutino, com acompanhamento multiprofissional.

Nestas consultas, são analisados os exames laboratoriais, ultrassonografias, ficha de notificação compulsória e realizado exame físico e obstétrico. Para uma determinada conduta, os exames trazidos pela gestante devem conter os resultados sorológicos para toxoplasmose sendo eles IgM, que condiz com infecção recente e IgG com infecção progressa. Caso os exames analisados tiverem o diagnóstico de toxoplasmose gestacional aguda é iniciado o tratamento conforme o protocolo do caderno de atenção pré-natal específico para toxoplasmose e este tratamento depende da idade gestacional que a gestante se encontra. As medicações prescritas foram Espiramicina para gestantes com idades gestacional anterior a 16 semanas e posterior a 34 semanas e esquema tríplice com Sulfadiazina, Pirimetamina e Ácido fólico para gestantes entre 17 e 33 semanas. Estas medicações são disponibilizadas pela rede pública de saúde, o que maior adesão ao tratamento. Aquelas gestantes que foram diagnosticadas com infecção crônica por toxoplasmose, foram contra referenciadas às unidades básicas de saúde de origem.

Foi possível observar nos atendimentos, que devido aos esclarecimentos fornecidos pela equipe de saúde sobre a gravidade da doença e as repercussões à saúde do feto e recém-nascido e, ainda, o acesso às informações sobre o problema obtidos pela internet, as gestantes chegam em suas primeiras consultas preocupadas e receosas acerca das complicações que a Toxoplasmose pode causar no bebê. O início precoce do pré-natal favorece a análise da sorologia para toxoplasmose que deve ser realizada antes da 16ª semana de gestação, pois nos casos de reação e resultado do Teste de Avidéz, pode-se concluir pelo diagnóstico de infecção aguda ou imunidade à doença com maior segurança. Nos casos positivos e baixa avidéz, inicia-se o tratamento imediato e nos casos de alta avidéz, faz-se a contra-referência da gestante para a unidade básica de origem e manutenção do pré-natal de risco habitual nesta unidade. Assim, quanto mais tardio for iniciado o pré-natal, mais tardiamente é feito o diagnóstico e iniciado o tratamento e, portanto, mais chances da infecção atravessar a placenta e afetar o feto e a saúde na vida futura da criança. O impacto psicológico é também preponderante nessa situação, acometendo as mulheres grávidas e seus familiares. Cada pessoa reage de uma forma levando em consideração os fatores socioeconômicos, etários e familiares.

Nota-se que a maioria das gestantes com sorologia positiva para toxoplasmose são aquelas com baixa escolaridade e nível sócio econômico precário, destacando a falta de informação acerca de higiene pessoal e prevenção da infecção. Muitas se tornam mães muito cedo, adquirem maturidade para criar o filho e, antes disso, entendem o que uma gestação de alto risco pode representar na vida dela. Por isso a importância do acompanhamento integral às gestantes diagnosticadas com toxoplasmose, apresentando-lhes as orientações devidas, transmitindo confiança e apoio para que tenham o melhor tratamento humanitário possível, diminuindo o impacto psicológico sob elas e visando a saúde do bebê.

A partir do momento que gestante dá início ao acompanhamento no Ambulatório do HUM, este hospital se torna referência para o parto. O que lhe garante atendimento de urgências, acompanhamento durante o trabalho de parto, parto e puerpério imediato até a alta hospitalar. A criança, por sua vez, tem direito à realização de exames específicos, acompanhamento especializado até um ano de idade com consultas oftalmológicas, neurológicas, fonoaudiológicas e pediátricas. Por isso, foi orientado a todas as gestantes sobre a importância da realização do parto no HUM. Ressaltando que a investigação e o tratamento da toxoplasmose congênita e o devido acompanhamento da criança é oneroso e o HUM é um hospital público e a família não tem custo algum com medicamentos,

atendimentos e exames.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS (CONCLUSÕES)

A participação nas atividades do projeto permitiu a compreensão da importância do diagnóstico precoce, encaminhamento e tratamento imediato das gestantes com toxoplasmose aguda, bem como a necessidade de um atendimento qualificado por equipe multiprofissional, capacitada para oferecer orientações específicas, esclarecimentos, encaminhamentos e o apoio emocional durante a gestação, o trabalho de parto e o parto. Verificou-se no acompanhamento das consultas e discussão dos casos atendidos, que o fluxo de atendimento funciona devido ao Protocolo de Atendimento organizado entre a 15ª. Regional de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Laboratórios e o HUM.

REFERÊNCIAS

DUBEY, J.P; SU, C. Population biology of *Toxoplasma gondii*: what's out and where did they come from. *Mem Inst Oswaldo Cruz* ; 104:190-195, 2009. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19430643>>. Acesso em: 2017.

PINARD, J.A; LESLIE, N.S; IRVINE, P.J. Maternal serologic screening for toxoplasmosis. *Journal of midwifery & women's health*; v. 48, p. 308-316, 2003. Disponível em: [http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1016/S1526-9523\(03\)00279-4/abstract](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1016/S1526-9523(03)00279-4/abstract). Acesso em: 2017.

REMYINGTON, J. S; et al. *Infectious diseases of the fetus and newborn infant*. 6th ed. Philadelphia: Elsevier Saunders; p. 947-1091, 2015. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B0721605370500335> >. Acesso em: 01 set 2017.

SESA- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Caderno de atenção ao pré-natal – toxoplasmose. 2015. Disponível em: < <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/pdf7.pdf> > Acesso em: 02 set. 2017.

Sessão 17 – Texto 049

Intervenções psicológicas em grupos de idosos como estratégia de prevenção em saúde mental

Área Temática:Saúde

Daniela da S. Rocengholli¹, Anna S. Pussi², Raíssa B. Fachinello³, Pedro V. G. M. da Silva⁴, Fernanda G. Tormena,⁵ Daniela C. G. D. Mota⁶

¹Aluna do curso de Psicologia/UEM contato:danielarocengholli@gmail.com

²Aluna do curso de Psicologia/UEM, contato: lcfranco@uol.br

³Psicóloga do PROCERE/UEM, contato: raissabuenof@gmail.com

⁴Aluno do curso de Psicologia/UEM, contato:ra089198@uem.br

⁵Aluna do curso de Psicologia/UEM, contato: fernandag.t@outlook.com

⁶Prof.^a Depto de Psicologia - DPI/UEM, contato:danieladmota@yahoo.com.br

Resumo. *Trata-se do relato das atividades desenvolvidas junto a dois grupos de idosos nos anos de 2016 e 2017 pelo Projeto “Atenção à saúde mental do idoso atendido no centro de referência do envelhecimento/UNATI/UEM”. A intervenção teve por objetivo a criação de espaços de interlocução de memórias, buscando ressignificar o passado e o presente por meio do resgate e da comunicação de experiências vividas. Utilizando o método de Grupo Operativo, foram realizadas atividades que possibilitaram a integração entre os idosos e o resgate de suas histórias de vida, evidenciando o caráter de individualidade e de pertencimento na família e na sociedade. Como resultado os idosos relataram se sentirem mais preparados para expor suas opiniões em situações antes de discriminação e impotência. O trabalho em grupos torna-se uma alternativa viável na promoção e na prevenção da saúde psicossocial dos idosos enquanto modalidade de intervenção psicológica.*

Palavras-chave: *idoso–intervenção grupal –saúde mental*

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas houve um aumento significativo e acelerado da população idosa no Brasil devido, principalmente, ao desenvolvimento da medicina e da tecnologia que propiciaram condições favoráveis para que se ampliasse cada vez mais a expectativa de vida das pessoas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país tinha, em 2010, aproximadamente 20 milhões de idosos, sendo que a expectativa para 2060 é de 58,4 milhões. O IBGE (BRASIL, 2012) alerta para novas exigências e demandas em termos de políticas públicas, decorrentes desta mudança na estrutura etária do país.

O projeto de extensão “Atenção à saúde mental do idoso atendido no Centro de Referência do Envelhecimento/UNATI/UEM”, iniciado em 2013 e ainda em andamento, nesse contexto, objetiva contribuir na promoção da saúde biopsicossocial dos idosos, buscando estratégias que facilitem ao idoso o enfrentamento do processo de envelhecimento e a ruptura com a visão passiva da velhice, considerando que o idoso é sujeito de direitos e protagonista do processo de enfrentamento de uma velhice saudável. As dificuldades e limitações desencadeadas no processo de envelhecer estão diretamente ligadas à forma como o indivíduo percebe o seu envelhecimento, enquanto

ser que comanda a sua existência, entrelaçada por valores preconcebidos durante todo o seu processo de desenvolvimento. Pode-se considerar essa percepção como a auto atribuição dos traços característicos da velhice através da manifestação subjetiva diante das alterações sofridas, em nível somático e funcional (GOLDFARB, 2013).

Nesse momento da vida existem perdas de toda natureza, desde o corpo que muda, deixando para trás o viço da juventude, a aposentadoria, perda do status social, até a morte de entes queridos e os fantasmas a respeito de sua própria morte. Dessa forma, esse é um momento de necessidade de elaborar perdas e luto e, por outro lado, reinventar novos padrões de vida que possibilitem ganhos. Pode ser um tempo de usar potenciais adormecidos, fazer projetos com mais liberdade e tempo livre e, sobretudo, ser o momento do despertar da criatividade (ALTMAN,2011).

Outra visão de envelhecimento percebida é aquela que propõe uma falta de papel social do idoso. É de fundamental importância, para o bem viver da população idosa, incentivar que as pessoas, na velhice, busquem manter boas expectativas para a vida com planejamento e crença no futuro. Para Neri (2001), as pessoas de mais idade, dentro de um grupo sociocultural podem afirmar a sua própria identidade, expandir as fronteiras de seu valor, reconhecerem-se como participantes da vida atual do grupo, por meio da memória compartilhada, porque a identidade individual é uma instância que depende do outro.

Para Ribeiro (2015), buscar estratégias para a conquista do envelhecimento ativo são muito importantes para garantir que a longevidade represente um ganho no curso de vida humano e não mera sobrecarga para a sociedade e para aqueles que envelhecem. Desta forma, as atividades do projeto de extensão aqui relatadas buscaram demonstrar que a intervenção psicológica em grupos de idosos pode ser uma estratégia que propicie o enfrentamento do processo de envelhecimento e a ruptura com a visão passiva da velhice, contribuindo na prevenção da saúde psicossocialdeste.

2. OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências que foram vivenciadas a partir do desenvolvimento das atividades da área de Psicologia no Programa Centro de Referência do Envelhecimento (PROCERE) UNATI/UEM, precisamente em dois grupos operativos: um realizado em parceria com a Unidade Básica de Saúde Mandacaru, em Maringá, e outro realizado na Universidade Estadual de Maringá, ambos no ano de 2016 e 2017. Estas atividades tiveram como objetivo contribuir na promoção e na prevenção da saúde psicossocial dos idosos que frequentavam o programa, buscando estratégias que facilitassem ao idoso o enfrentamento do processo de envelhecimento e a ruptura com a visão passiva da velhice, considerando que o idoso é sujeito de direitos e protagonista do processo de enfrentamento para uma velhice saudável.

3. MÉTODO

Para o desenvolvimento das atividades dos grupos de atendimento ao idoso, utilizou-se o método de grupo operativo proposto por PichonRivière (1994), assim como o uso de recursos lúdicos que facilitassem a expressão de sentimentos e pensamentos emergentes dos idosos, por meio de estratégias que proporcionassem reflexão, tais como:

dramatizações, vídeos, músicas, pinturas, desenho, colagens, danças Sênior e oficinas temáticas.

PichonRivière (1994), definiu grupo operativo como um conjunto de pessoas com um objetivo em comum. Os grupos operativos trabalham na dialética do ensinar-aprender; o trabalho em grupo proporciona uma interação entre as pessoas, onde elas tanto aprendem como também são sujeitos do saber, mesmo que seja apenas pelo fato da sua experiência de vida; dessa forma, ao mesmo tempo que aprendem, também ensinam. Na concepção de Pichon-Rivière (BASTOS, 2010), o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interação e se vinculam.

O psicólogo tem o papel de facilitador do processo grupal, pois possibilita a socialização e a revisão das experiências em comum, que precisam ser mantidas e/ou resgatadas. Portanto, a formação de grupos de idosos torna-se uma alternativa bastante viável na promoção e na prevenção da saúde psicossocial dos idosos no serviço público, e constitui uma experiência enriquecedora, que proporciona a formação de uma rede de suporte psicossocial entre os participantes enquanto modalidade de intervenção psicológica que contribui tanto para a valorização da identidade como para o reconhecimento da alteridade pelo idoso (MORAIS, 2009).

4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os grupos foram criados como uma continuação da "Oficina Memória e Vida", desenvolvida pela equipe de Psicologia do PROCERE e que estava em atividade desde agosto de 2014. No grupo que aconteceu na UEM, permaneceram alguns membros iniciais do grupo anterior, mas outros integrantes foram inseridos ao longo do tempo. No grupo que aconteceu na UBS Mandacaru, participaram idosos pertencentes à região atendida pelo serviço desta UBS.

Os principais objetivos da oficina original foram mantidos, como o de ser um espaço de interlocução de memórias, buscando ressignificar o passado e o presente por meio do resgate e da comunicação de experiências vividas, com o adicional de se propor a ser um espaço de aprendizagem continuada.

A partir das técnicas de grupo operativo, os encontros eram parcialmente planejados anteriormente, de forma que, toda semana, os integrantes decidiam, por comum acordo, o tema a ser discutido/trabalhado na semana seguinte. Foram abordados temas das mais diferentes áreas e interesses, desde aqueles relacionados à saúde física e mental, até assuntos recorrentes do cotidiano ou de acontecimentos recentes, buscando sempre colocar a perspectiva da Psicologia em evidência. Alguns dos assuntos escolhidos foram: memória, ansiedade, depressão, síndrome de Alzheimer, síndrome de Parkinson, loucura, como lidar com indecisões, relações familiares, diferenças entre gerações, autoestima, morte, etc. Para a discussão desses temas, eram utilizados, em alguns casos, textos de apoio, filmes, músicas e dinâmicas que auxiliam na compreensão e na vivência pessoal do assunto abordado.

Os grupos mantiveram uma proposta de autonomia, desde a escolha do nome mudado para "Aprender não tem idade", no caso do grupo da UEM (que foi realizada

por meio de votação), até a organização de aspectos práticos: a forma como as discussões aconteciam, a decisão pela realização ou não de encontros em momentos de proximidade de feriados, em casos de greve ou de outros eventos que aconteciam no mesmo dia e horário. Isso contribuiu para que os idosos mantenham sua capacidade de autonomia e de diálogo com o grupo, que se torna uma espécie de ilustração da sociedade.

5. CONCLUSÕES

Concluiu-se, ao longo do trabalho e, principalmente, no encerramento das atividades do ano de 2016, que os grupos tiveram boa aceitação do público alvo, observando que a discussão de diferentes temas os auxiliaram em uma nova perspectiva a respeito da idade e da sociedade.

Percebeu-se que os idosos estão engajados em sua luta pelo empoderamento e pertencimento social, usando como ferramenta a vida ativa, tanto física quanto psiquicamente. A partir das discussões promovidas pelos grupos, os idosos relatam que se sentem mais preparados para expor suas opiniões e impor seus desejos, em situações em que se mostravam e se sentiam discriminados e impotentes anteriormente.

A saúde mental e o acesso à informações são condições essenciais para o envelhecimento saudável e os idosos atendidos pelo PROCERE tem plena consciência disso, bem como o desejo de promover e participar de ações que garantam o bem-estar e a produtividade nesta etapa da vida, antes menosprezada e agora cada vez mais repleta de significados.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, M. *O envelhecimento à luz da psicanálise*. J. Psicanálise, São Paulo, v. 44, n.80, jun. 2011. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- BRASIL. IBGE: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico 2010*. 2012.
- BASTOS, A. B. B. I. *A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon*. Psicólogo em Formação, v. 14, p. 160–169, 2010.
- GOLDFARB, D.C. *Corpo, tempo e envelhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/artigos/corpo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- MORAIS, O N P de. *Grupos de idosos: atuação da psicogerontologia no enfoque preventivo*. Psicol. cienc. prof. [online]. 2009, vol.29, n.4, pp. 846-855. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000400014>.
- NERI, A.L. *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- PICHON-RIVIÈRE E. *O processo grupal*. 5ª ed. São Paulo (SP): Martins Fontes; 1994.
- RIBEIRO, P. C. C. *A psicologia frente aos desafios do envelhecimento populacional*. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 269–283, 2015.

Sessão 17 – Texto 050

Ritmos Biológicos: Em casa, no trabalho e na escola Área Temática: Saúde

Felipe Fernandes Peixoto Monteiro¹, Vinícius Silva Guizzellini², Marcílio Hubner de Miranda Neto³, Larissa Renata de Oliveira Bianchi³, Ana Paula Vidotti.⁴

¹Graduando do Curso de Odontologia, bolsista DEX/UEM, contato:
felipefernandespeixotomonteiro@gmail.com

²Graduando do Curso de Ciências Biológicas, bolsista Central de Estágio, contato:
viniciusguizzellini@hotmail.com

³Professor do Departamento de Ciências Morfológicas, contato: hubnermar@gmail.com e
larissarenataoliveira@yahoo.com.br

⁴Professora do Departamento de Ciências Morfológicas, Coordenadora do Museu Dinâmico Interdisciplinar, contato: apvidotti@gmail.com

Resumo. *O objetivo neste trabalho é demonstrar os dados do projeto vinculado ao MUDI sobre Cronobiologia, intitulado de Ritmos Biológicos: em casa, no trabalho e na escola, que tem por finalidade difundir o tema na sociedade em geral. No período específico de 2012, 2013, 2014 e 2016 o projeto atingiu, por meio de palestras, minicursos, participação em aulas magnas, atividades de pesquisa, teses de doutorado, tcc, assim como participação em congressos com artigos e resumos publicados um total de 9380 pessoas. Ainda há a necessidade de uma maior divulgação científica da cronobiologia para que os indivíduos possam viver com melhor qualidade de vida, adaptados ao seu ritmo biológico.*

Palavras-chave: *Cronotipos – Divulgação – Conhecimento.*

1. INTRODUÇÃO

A cronobiologia é o estudo sistemático das características temporais dos seres vivos, em todos os níveis de organização e inclui o estudo de ritmos biológicos, que podem ser divididos em: ritmos circadianos, cujo período pode variar entre 20 a 28 horas de acordo com a espécie, como no ciclo vigília-sono; ritmos infradianos, de baixa frequência, com períodos maiores que 28 horas, como o ciclo menstrual; e os ritmos ultradianos, com períodos menores que 20 horas, um exemplo é o batimento cardíaco (MARQUES & MENNA-BARRETO, 1999).

Os ciclos circadianos são associados a um ciclo geofísico, nesse caso, ao ciclo claro/escuro, bastante importante para qualquer ser vivo que possua algum tipo de pigmento fotossensível. Entretanto, muitos dos ritmos ultra e infradianos não estão correlacionados a um fenômeno ambiental conhecido (MARQUES & MENNA-BARRETO, 1999). Esses ritmos são orientados pelo “relógio biológico”, o qual é endógeno e autônomo e está sincronizado com o ritmo exógeno do ambiente (BURIN & STABILLE, 2002).

Com o avanço no estudo de cronobiologia, foi verificada diferenças entre indivíduos acerca da distribuição do ciclo sono-vigília nas 24 horas do dia, a essas características cronobiológicas distintas chamamos de cronotipo, que podem ser divididos em três grupos: os matutinos, vespertinos e intermediários. Os matutinos têm

o seu pico de rendimento ótimo pela manhã enquanto que nos vespertinos isso ocorre nas primeiras horas da noite. Já os intermediários conseguem se ajustar melhor aos horários se comparado a ambos, tendendo a ficar entre esses dois extremos (BURIN & STABILLE, 2002).

Nesse cenário, o estudo da cronobiologia é extremamente importante para compreender as mudanças que ocorrem no nosso organismo ao longo das 24 horas, além de buscar equilibrar a divisão desse tempo em horas de lazer, trabalho, descanso, entre outros. Assim, não podemos exigir o mesmo desempenho de indivíduos em diferentes momentos do dia, visto que algumas pessoas obtêm melhor funcionamento durante a manhã, outras no início da noite e assim por diante (ALMONDES, 2006).

O trabalho em turnos ou noturno é bastante frequente na sociedade atual devido a busca por potencializar os lucros, no entanto, sabe-se que essa prática pode ser prejudicial a saúde, pois 30% dos trabalhadores de turnos reclamam de sintomas de gastrite, 7% das doenças cardiovasculares relacionadas com o trabalho são atribuídas ao trabalho noturno e em turnos, além disso, alguns estudos sugerem que a estimativa de vida dos trabalhadores em turnos é 10% menor que a dos trabalhadores diurnos (REGIS FILHO, 2001).

O objetivo deste trabalho é apresentar o que tem sido realizado por meio de um projeto de extensão (processo 14608/2011), vinculado ao Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI), para que ocorra uma divulgação científica efetiva sobre a Cronobiologia e suas aplicações na sociedade.

2.MATERIAIS E MÉTODOS

Construção do conhecimento sobre a cronologia para maior entendimento dos monitores.

Entre os anos citados, foram ofertadas palestras para os monitores, ministradas por docentes da mesma área de conhecimento, além de conteúdos com a temática cronobiologia para alunos da pós-graduação em Biologia Comparada. Assim, orientações para tcc e projetos de pesquisa começaram a se desenvolver, dando sequência às atividades sobre o tema.

- Teoria em prática.

As práticas do projeto ocorrem por meio de agendamento prévio por parte da coordenação do projeto ou pela coordenação que elabora o projeto de extensão em conjunto com outros setores da UEM e instituições interessadas.

Os métodos mais aplicados foram: eventos específicos sobre o tema, minicursos, jornadas, palestras em semanas acadêmicas, aulas magnas e aulas em pós-graduandos.

Nas atividades citadas sempre são apresentados fundamentos e conceitos da cronobiologia, tendo em vista a discussão das interações sobre os relógios biológicos com marcadores do tempo ambiental assim como o método de sincronização do tempo exógeno com o endógeno. Também discute-se as cronopatologias e a relevância do conhecimento cronobiológico para melhoramento do rendimento físico e mental, minimizar o estresse e conflitos em casa, no trabalho e na escola. Assim, alcançando a meta, o aumento da demanda por palestras, cursos, entrevistas e eventos, mostrou crescimento no interesse sobre o assunto abordado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2016 foram realizadas diversas ações em diferentes municípios do Estado do Paraná, em Honduras e na Patagônia que totalizaram um público 9380 pessoas como mostra a seguir:

Em 2012, foi constatado que os participantes presentes nos eventos eram bastante diverso e interdisciplinar, o que proporcionou grandes trocas de conhecimentos e maior integração da sociedade. Por meio de um curso “Ritmos biológicos para professores da Educação Básica” e um evento “Ciclo de Cronobiologia - de 22 a 24 de março de 2012”, foram atendidas 261 pessoas no ano de 2012.

Já em 2013, também com amplo espectro de interdisciplinaridade entre as pessoas atuantes no projeto, foram atendidas 1746 pessoas as quais foram atendidas em seis eventos, sendo eles: curso de ritmos biológicos ; Ciclo de Cronobiologia- 24 a 27 de abril de 2013; I Simpósio de Neurobiologia e Ritmos Biológicos; Palestra de Cronobiologia em Ivaiporã- Colégio; Palestra de Cronobiologia para empresários de Maringá, Sarandi e Mandaguari; Cursos para PRH/TDE: Trabalho, cultura, ciência e cidadania, suas implicações para o desenvolvimento humano e profissional, na UEM sede e Umuarama.

No ano de 2014 foram 5735 pessoas atendidas pelas seguintes atividades: Evento de Cronobiologia para professores da Educação Básica; Ciclo de Cronobiologia; II Simpósio de Neurobiologia e Ritmos Biológicos; Ritmos Biológicos na promoção da saúde e tratamento de doenças; Cronobiologia aplicada à organização das atividades de estudo e trabalho na área de saúde; Palestra Show Ritmos de funcionamento do corpo humano: possibilidades para aumentar o desempenho e reduzir conflitos em casa, no trabalho e na escola (Em cabo Verde, África); Seminário de Capacitação: Compreendendo os ritmos biológicos do funcionamento do corpo (Cabo Verde, África).

Em 2016, 1638 pessoas foram atendidas pelo projeto, sendo as atividades: Cronobiologia Aplicada ao Desempenho Humano; Aulas Magnas: Ritmos Biológicos no contexto interdisciplinar; Cronobiologia aplicada à Saúde Humana; Palestras em semanas acadêmicas; II Jornada Hondurenha de Cidadania Fiscal: Ética, Neuroética, Educação Fiscal e Construção da Cidadania – 2016; Conferência: Ritmos Biológicos aplicados a la organización de las actividades de enseñanza y de trabajo; I Jornada Interdisciplinar de História, Ciência, Arte, Tecnologia, Meio Ambiente e Cidadania Fiscal em espaços não formais de Educação da Patagônia; Palestra show com o Tema Cronobiologia aplicada à Organização do Ambiente escolar e de trabalho; Aula com alunos da Pós-Graduação de Biologia Comparada (PGB) sobre Cronobiologia; Aula com os alunos do Curso de especialização em Anatomia e Histologia sobre Cronobiologia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da importância desse tema para a sociedade, em especial nos âmbitos escolar e ensino superior, a aplicação da cronobiologia deve ser feita de forma mais efetiva, visto que são pouco conhecidas nesses ambientes. Dessa maneira, muitas pessoas podem ser submetidas a turnos de estudo e trabalho que, na maioria das vezes, não são compatíveis com os seus cronotipos, podendo gerar dificuldades de aprendizagem, menor rendimento no trabalho, doenças vinculadas a distúrbios temporais internos, desatenção

e acidentes, dentre outros prejuízos que poderiam ser evitados com a socialização dos conhecimentos produzidos nesta área. Nesse cenário, o projeto em questão surge como peça fundamental para buscar uma divulgação efetiva e para reafirmar a importância das ações extensionistas dentro das universidades, que produzem o conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ALMONDES, Katie Moraes de. Tempo na Psicologia: Contribuição da Visão Cronobiológica à Compreensão Biopsicossocial da Saúde. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 3, n. 26, p.352-359, maio 2006.

BURIN, I.; STABILLE, S.R.; *Identificação dos cronotipos de acadêmicos do curso de ciências Biológicas da universidade Estadual de Maringá durante o ano letivo de 2000*. Arq. Ciênc. Saúde Unipar, 6(1): 17-24, 2002.

MARQUES, N.; MENNA BARRETO, L. (orgs.) *Cronobiologia: princípios e aplicações*. 2ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

REGIS FILHO, Gilsée Ivan. Síndrome da Má-adaptação ao trabalho em turnos: uma abordagem ergonômica. *Prod.*, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 69-87, Dec. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132001000200005&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132001000200005>.

Ocorrência de Anemia em Crianças atendidas no LEPAC-UEM nos dois últimos anos

Área de Temática: SAÚDE

**Eliana Valéria Patussi¹, Eliana L. T. Shimauti², Juliana C. M. Herrero³,
Francyhellen Franco Montanha⁴, Maria de Fátima A. T. E. Araújo⁵**

¹Prof.^a Depto de Análises Clínicas e Biomedicina – DAB/UEM, contato: evpatussi@uem.br

²Prof.^a Depto de Análises Clínicas e Biomedicina – DAB/UEM, contato: elianatomimatsu.elt@gmail.com

³Prof.^a Depto de Análises Clínicas e Biomedicina – DAB/UEM, contato: jcurim@hotmail.com

⁴Aluno do curso de Biomedicina, contato: francyhellenmontanha@gmail.com

⁵Farmacêutica do Depto de Análises Clínicas e Biomedicina – DAB/UEM, contato: mfatearaujo@uem.br

Resumo. *Em crianças, a anemia pode ocasionar dificuldade de concentração e atenção, sonolência e irritabilidade, de modo a comprometer a rotina escolar. O objetivo deste estudo foi determinar a prevalência de anemia em crianças atendidas no LEPAC-UEM para realizar o hemograma, em 2015 e 2016. Os dados obtidos mostraram um decréscimo na prevalência da anemia de 39,2 % em 2011, para 15,6% em 2016. Na população infantil estudada até o momento, a anemia microcítica e hipocrômica (AMH) foi predominante, a anemia normocítica e normocrômica foi a segunda e a anemia macrocítica ocorreu esporadicamente. A prevalência da AMH pode estar relacionada à deficiência ou carência de Ferro e/ou Talassemias.*

Palavras-chave: *Anemia, Prevalência, Hemograma*

1. INTRODUÇÃO

A anemia é uma condição comum na população nas diversas faixas etárias representando um importante problema de Saúde Pública. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), define-se anemia como a concentração de hemoglobina abaixo dos níveis normais, portanto, para homens a anemia ocorre quando os níveis de hemoglobina estão abaixo de 13 g/dL; 12g/dL em mulheres; 11g/dL em gestantes e crianças de seis meses a cinco anos (WHO, 2001). No Brasil, vários trabalhos quanto à prevalência de anemia mostram uma situação bastante preocupante.

O segmento materno-infantil representa um dos grupos biológicos mais expostos às anemias carenciais, constituindo a faixa populacional de interesse prioritário em termos de Políticas Públicas de Saúde, embora não exista uma avaliação consistente sobre as dimensões do problema (BATISTA-FILHO, 2004). A etiologia da anemia ferropriva em crianças pode estar relacionada ao baixo aporte de ferro e a baixa biodisponibilidade deste na dieta, pela ingestão insuficiente de ferro ou decorrência de uma reduzida absorção intestinal (MONTERO *et al.*, 2000). Em crianças, tem sido observado que a anemia ocasiona incapacidade de concentração e atenção, sonolência e irritabilidade, situações que podem trazer como consequência baixo aproveitamento escolar (VANNUCCHI *et al.*, 1992).

Diversos estudos em relação à prevalência de anemia ferropriva no Brasil têm sido feito em crianças, os quais têm apontado uma situação bastante preocupante em

praticamente todas as regiões do país. Nas últimas décadas, houve melhoria no quadro de saúde infantil, especialmente redução na prevalência de desnutrição. No entanto, o declínio da desnutrição não foi acompanhado pela redução dos quadros de anemias sendo apontado aumento em sua prevalência afetando todas as classes sociais, sem evidências de diferenças entre as macrorregiões do país (FILHO & RISSIN, 2003). O propósito deste estudo foi determinar a ocorrência de anemias em pacientes com idade de 0 a 12 anos (crianças) com solicitação médica para a realização do hemograma e que foram atendidos pelo LEPAC-UEM, de janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

2. METODOLOGIA

A contagem de eritrócitos, determinação dos níveis de hemoglobina, a determinação do hematócrito, a determinação do RDW, a determinação das constantes corpusculares (VCM, HCM, CHCM), foram feitas através do contador automático de células Mindray BC-3000 plus. A morfologia eritrocitária foi avaliada em esfregaço sanguíneo corado segundo May-Grunwald-Giemsa.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

No setor de Hematologia do LEPAC no ano de 2015 e 2016 foram analisados 2.406 e 2.018 hemogramas, respectivamente. Destes 96 (4%) em 2015 e 45 (2,2%) em 2016 foram hemogramas pertencentes a pacientes de 0 a 12 anos. Dos 96 pacientes de 2015, eram 37 (38,6%) do sexo masculino e 59 (61,4%) do sexo feminino. A prevalência de anemia entre crianças foi de 17,7% (n=17), sendo observados 12 casos no sexo feminino e cinco casos no sexo masculino. Dos 45 pacientes de 2016, eram 17 (37,8%) do sexo masculino e 28 (62,2%) do sexo feminino. A prevalência de anemia entre 0-12 anos foi de 15,6% (n=7), sendo observados seis casos no sexo feminino e um caso no sexo masculino. A média da concentração de hemoglobina observada nos pacientes anêmicos em ambos os sexos e nos dois anos estudados foi de 10,7g/dL.

O tipo de anemia mais prevalente em crianças é a anemia microcítica e hipocrômica, a qual pode estar relacionada à anemia ferropriva e/ou talassemias. Os casos de anemia microcítica e hipocrômica podem indicar anemia ferropênica, entretanto, nestes pacientes não foi dosado ferro sérico e/ou ferritina, para afirmar com certeza. O alto índice de anemia de 15,6% nessa população no último ano é um fato preocupante, uma vez que a anemia em crianças ocasiona incapacidade de concentração e atenção, sonolência e irritabilidade, situações que podem trazer como consequência baixo aproveitamento escolar (VANNUCCHI *et al.* 1992). A anemia compromete também o crescimento e facilita a instalação de processos infecciosos.

As informações obtidas no ano de 2015 e 2016 foram comparadas com os dados de 2011, 2012, 2013 e 2014 conforme demonstrado na **tabela 1**. De um modo geral a ocorrência de anemia em pacientes de 0 a 12 anos foi decrescendo de um ano para o outro, de 39,2 % em 2011 caiu para 15,6% em 2016. A exceção foi 2015 que mostrou um discreto aumento na porcentagem de casos de pacientes anêmicos na faixa etária estudada em relação ao ano anterior. Porém em 2016, novamente diminuiu os casos de pacientes com anemia em relação a todos os outros anos estudados.

Tabela 1. Comparação da prevalência de pacientes anêmicos entre 0 a 12 anos, do sexo feminino e do masculino, atendidos no LEPAC/UEM ao longo de seis anos, com início em janeiro 2011.

TIPO DE ANEMIA	Sexo feminino		Sexo masculino		Total		Ano
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	
AMH	28	11,4	44	17,9	72	29,3	2011
ANN	14	5,7	09	3,7	23	9,4	
AM	01	0,5	-	-	01	0,5	
Total	43	17,6	53	21,6	96	39,2	
AMH	22	9,4	31	13,2	53	22,6	2012
ANN	04	1,7	17	7,2	21	8,9	
Total	26	11,1	48	20,4	74	31,5	
AMH	19	8,4	17	7,5	36	15,9	2013
ANN	05	2,2	08	3,5	13	5,7	
AM	02	1,0	-	-	02	1,0	
Total	26	11,6	25	11	51	22,6	
AMH	08	3,9	06	2,9	14	6,8	2014
ANN	13	6,3	-	-	13	6,3%	
AM	04	1,9	03	1,5	07	3,4	
Total	25	12,1	09	4,4	34	16,5	
AMH	05	5,2	04	4,2	09	9,4	2015
ANN	07	7,3	01	1,0	08	8,3	
Total	12	12,5	05	5,2	17	17,7	
AMH	03	6,7	-	-	03	6,7	2016
ANN	03	6,7	01	2,2	04	8,9	
Total	06	13,4	01	2,2	07	15,6	

AMH – anemia microcítica e hipocrômica, ANN – anemia normocítica e normocromica, AM – anemia macrocítica

O tipo de anemia predominante foi a AMH em ambos os sexos, com uma porcentagem maior do sexo masculino, nos dois primeiros anos de estudo. Quanto à

prevalência de ANN podemos observar que essa foi o segundo tipo de anemia ocorrendo em todos os anos, com um ligeiro aumento em 2014, atingindo 6,3 % dos casos. A AM ocorreu de modo esporádico, a maioria dos anos não apresentou nenhum caso, inclusive os dois últimos estudados. Dentre a população anêmica infantil estudada no LEPAC/UEM até o momento, a AMH é a mais prevalente, a qual pode estar relacionada à anemia por deficiência ou carência de Ferro e/ou Talassemias.

REFERÊNCIAS

BATISTA FILHO, M. (Editorial). *O controle das anemias no Brasil*. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 4, p. 121-123, 2004.

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. *A Transição nutricional no Brasil: Tendências regionais e temporais*. Caderno Saúde Pública, 19(Sup. 1): S181-S191, 2003.

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; SOUZA, A. L. M. & POPKIN, B. M., 2000. Da desnutrição para a obesidade: A transição nutricional no Brasil. In: *Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil*. (C. A. Monteiro, org.), pp. 247-255, 2ª Ed., São Paulo: Editora Hucitec.

VANNUCCHI, H.; DE UNAMUNO, M. R. DEL LAMA; MARCHINI, J.S. - *Avaliação do estado nutricional*. Simpósio: Semiologia Especializada, Medicina Ribeirão Preto, 29: 5-18, jan./mar. 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World Health Report 2001: reducing risks, promoting healthy life. Geneva: Who, 2001.

PIN: Plano como Instrumento de Informação, Inclusão e Interdisciplinaridade

Área Temática: Educação

Alfeu Rodrigues de Araújo Filho¹, Dilber Gonçalves Cordeiro²

¹Prof. Depto de Música – DMU/UEM, contato:alfeu-araujo@uol.com.br

²Aluno do curso de Bacharelado em Música – DMU/UEM, contato: dilber_okay@hotmail.com

***Resumo.** Este artigo visa descrever a origem do Projeto PIN – Plano como Instrumento de Informação, INclusão e INterdisciplinaridade - e suas ações no ano de 2016, a utilização do piano dentro dos novos parâmetros educacionais – EPG – Ensino de Piano em Grupo, assim como a experiência do acadêmico Dilber Gonçalves Cordeiro no exercício da docência. Levando em consideração a importância do aprendizado com enfoque científico, o processo metodológico está alicerçado nas pesquisas de José Alberto Kaplan (1935/2009).*

***Palavras-chave:** Educação – EPG – Docência*

1. ORIGEM E AÇÕES DO PROJETO PIN

A origem do Projeto PIN, maio de 2016, utiliza o piano dentro dos novos parâmetros educacionais na valorização do estudo coletivo, ratificando a importância do fator social (INclusão) e do desenvolvimento cognitivo (INformação e INterdisciplinaridade).

O Projeto tem como foco principal o caráter didático-pedagógico em função da fisiologia do piano que impede ações extra sala de aula. Através dos cursos de extensão, procura aplicar na prática as informações teóricas, assim como o desenvolvimento de habilidades musicais e instrumentais com enfoque à formação e educação do indivíduo, apresentando inúmeras atividades como: alfabetização musical; reconhecimento da geografia do piano; recursos técnicos; educação auditiva; consciência corporal; literatura musical com diferentes tipos de escrita; desenvolvimento social, entre outros.

Dentre as várias contribuições deste projeto, podemos destacar: a participação do piano de forma contemporânea dentro do processo de educação musical; atender a demanda da comunidade interna e externa de todas as idades; atrelar as múltiplas ações em conjunto com os alunos regulares do departamento de música, contribuindo na sua formação profissional através da monitoria (exercício da docência); oferecer o conhecimento de profissionais da área de piano do DMU com conhecimentos diversificados nas áreas de EPG (Ensino de Piano em Grupo), História, Etnomusicologia, Co-repetição ou Prática Colaborativa, Piano Complementar e Piano Harmônico.

Vale ressaltar que o DMU possui um laboratório de pianos digitais com 11 instrumentos, ratificando que “o laboratório de teclados/piano eletrônicos é uma das condições necessárias para a prática do EPG” (REINOSO, 2012, p.24); “os estudantes podem aprender uns com os outros bem como o professor” (LOVISON, 2011, site);

assim como “o processo ensino/aprendizagem é enriquecido pela variedade de idéias, fruto da interação e dinâmica do grupo”. (GONÇALVES & MERHY, 1986, p.223).

Contou com a participação de dois docentes da UEM e um monitor, aluno do bacharelado em música desenvolvendo atividade docente no aprendizado de recursos metodológicos, material didático e procedimentos pedagógicos, atingindo 30 participantes entre comunidade interna e externa.

Dentre as ações no ano de 2016 temos:

- Dois Cursos de Extensão: Alfabetização Musical Através do Teclado, ministrado pelo Prof. Dr. Alfeu Araujo com duas turmas específicas (18 a 35 anos; terceira idade).
- Curso de Extensão: Iniciação ao Piano, ministrado pela Profa. Ms Cinthia Ruivo com uma turma entre 18 a 35 anos.
- Evento de Extensão: “Piano em Foco”, apresentando o recital de piano do Prof. Ms Jailton Paulo de J. Santana da UEL.
- Promoveu diálogo com o Projeto “Educação musical, escola e comunidade” com a participação do Prof. Dr. Alfeu Araujo como um dos ministrantes do curso “Estudos sobre o ensino coletivo de instrumentos musicais” sob a coordenação da Prof. Dr. Cássia Virgínia Coelho de Souza.
- Publicação nos anais do IV Performa Clavis Internacional 2016 – ISBN: 978-85-62309-26-7, intitulado: Mikrokosmos de Béla Bartók – performace – um caminho para a contemporaneidade (relato de experiência de uma das ações pertinente ao curso de extensão).

2. ENSINO DE PIANO EM GRUPO (EPG) E O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

No Brasil, o ensino de piano em grupo, EPG, foi inserido em meados da década de 1970. Um dos representantes deste pioneirismo foi um projeto de pesquisa de autoria da profa. Maria de Lourdes Junqueira Gonçalves (1924-2015), visando desenvolver a musicalidade do aluno.

Vale salientar que a aula de instrumento pode ter dupla função: servir como meio de conhecimento musical quanto para desenvolver a competência do instrumento, a execução *per si*. Uma de caráter educativo e a outra de caráter performático. Neste contexto, a ação do ensino-aprendizado em grupo encaixa-se na primeira função, colocando a educação como eixo central da abordagem pedagógica, transformando o professor de piano em educador musical, grande transformação inserida na segunda metade do século XX e “apresentada como ‘solução inovadora’ em oposição à aula de piano individual denominada de ‘tradicional’ e definida como aquela com o objetivo exclusivo de formar o concertista e concentrada no desempenho técnico e virtuosístico do aluno”. (MONTANDON, 1995, p.67)

Com foco no aprendizado crítico-reflexivo, o processo metodológico, aplicado no referido projeto, tem como fundamentação teórica o pesquisador José Alberto Kaplan que apresenta inúmeras referências acerca do ensino e aprendizado do piano que podem corroborar a filosofia e as estratégias de ensino do EPG, lembrando que a natureza do processo histórico não elimina procedimentos pedagógicos, mas, transforma-os em função de novas necessidades. Uma das importantes questões está na

discussão sobre a importância do talento para o aprendizado musical. O EPG quebra este discurso, tão fortalecido durante o século XIX e metade do século XX, permitindo a todos o aprendizado musical dentro de uma atividade coletiva: os alunos vivenciam a interpretação da mesma peça coletivamente e individualmente, aumentando a sensibilidade musical, autocrítica e concepção, desenvolvendo o respeito e a escuta; promove a importância do estudo racional em detrimento do aprendizado mecanizado e repetitivo, priorizando a qualidade através da ação analítica, procurando “o que” e “como” estudar, utilizando a memória cognitiva e auditiva; trabalha a compreensão das habilidades motoras, propriocepção, equilibrando desenvolvimento social, cognitivo e corporal.

O exercício da docência foi estimulado pelo orientador e devidamente transmitido ao monitor através de inúmeras ações que serão descritas.

Como primeira investigação, foi realizada uma avaliação diagnóstica da turma de discentes que estariam presentes nas aulas lotadas no laboratório de pianos digitais do departamento de música.

Levando em consideração o tempo de estudo dos participantes, o processo metodológico foi direcionado no sentido de provocar, de forma rápida e eficiente, a aquisição de informações imprescindíveis para a prática da execução, valorizando o aspecto analítico e reflexivo, onde “a didática do ensino do piano deveria se preocupar menos em treinar os músculos e mais em exercitar a mente dos alunos” (KAPLAN, 1987, p.20).

Neste contexto, itens importantes foram apresentados com o objetivo de construir um caminho de “saber como fazer” (KAPLAN, 1987, p.12), funcionalizando informações como: pulsação (significado e importância); raciocínio analítico na apreensão das informações fornecidas pelo compositor (notas e dedilhado); leitura antecipada para a conquista do movimento voluntário e adequação corporal através da sensação (tato) e educação auditiva.

O controle da pulsação foi estimulado através de uma leitura rítmica realizada através de *clusters* (conjunto de notas executadas com a mão fechada). A primeira execução coletiva apresentou falta de um comando reflexivo sobre a pulsação, provocando inúmeros desencontros e seu agravamento no decorrer da execução. A pulsação representa o eixo que organizará as relações rítmicas fornecidas pelo compositor, assim como é um requisito de extrema importância no desenvolvimento consciente dos movimentos motores. Após esta colocação e a devida assimilação pelos alunos, a segunda leitura apresentou um resultado qualitativo, ratificando que a compreensão da ação provoca uma mudança na reação.

No estudo de repertório, baseado em peças escritas somente nos pentacordes, foi estimulado à análise das relações intervalares, assim como dos movimentos paralelos, alternados, ascendentes e descendentes, procurando adquirir não só a leitura das notas, mas a relação entre elas, compreendendo de forma racional e analítica a escrita do compositor. O dedilhado foi previamente compreendido de acordo com a disposição das notas, auxiliando, de forma consciente, o processo de locomoção (movimento). “O problema essencial que se apresenta ao executante no piano é o controle e a coordenação dos variados movimentos através dos quais, acionando as teclas do instrumento, procura interpretar, isto é, dar vida ao código musical impresso na partitura (KAPLAN, 1987, p.29).

Temos dois tipos básicos de movimento: o movimento por reflexo e o movimento voluntário. O primeiro é uma resposta invariável a um estímulo definido, o segundo é aquele que reclama a intervenção consciente de quem o realiza e o utilizado na prática instrumental. Desta forma, salientamos a importância da leitura antecipada na conquista do movimento voluntário, ou seja, a percepção visual fornece ao cérebro as informações da partitura, este, através do sistema nervoso central, transporta conscientemente para a articulação dos dedos, provocando dissociação muscular e comando. “O movimento voluntário é a manifestação periférica de um processo que tem sua origem e controle no cérebro e no sistema nervoso central e que obedece a uma necessidade do indivíduo que o realiza. (...) é o tipo de movimento utilizado no ato da aprendizagem instrumental, a compreensão do seu mecanismo se torna de capital importância na elaboração de uma metodologia racional do ensino do piano e no processo utilizado para desenvolver movimentos hábeis com a ajuda da prática” (KAPLAN, 1987, p.30).

A ação da performance exige refinada conexão entre instrumento e instrumentista, por este motivo o estímulo da leitura corporal representa um dos caminhos para que possamos obter o melhor encaixe no teclado, lembrando que o piano está pronto, quem não está é o executante. Neste contexto, ratificamos que o estudo instrumental tem como uma das principais fontes de pesquisa o estudo das nossas próprias percepções corporais, sendo este o instrumento ativo, adaptável e flexível. Consciência corporal em associação com a educação auditiva representa um importante recurso para uma resposta sonora qualitativa, uma vez que não existe corpo ruim com boa sonoridade, assim como não haverá corpo harmonioso com sonoridade inadequada. Ouvir e sentir são instrumentos eficientes, ativos e despertam a ação viva e reflexiva de quem realiza.

Associando o comando da pulsação, compreensão analítica das relações intervalares, processo de locomoção, busca consciente do movimento voluntário e adaptação corporal construída através da sensação e audição, observamos grande avanço de todos os envolvidos no processo de leitura e execução das obras pertinentes ao conteúdo programático, gerando prazer e motivação, recursos de grande valia no processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Maria de Lourdes Junqueira; MERHY, Silvio Augusto. Música através do piano – Prática das habilidades funcionais no uso do teclado como alternativa didática. IN: II ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM MÚSICA.1985. Minas Gerais. Anais. São João Del Rey, Minas Gerais: UFMG, 1986, p.223.

KAPLAN, José Alberto. Teoria da aprendizagem pianística: uma abordagem psicológica. 1. ed. Porto Alegre, RS. Editora Movimento, 1985.

LOVISON, Julie. Dr. Robert Pace: Method of piano instruction. 2011. Disponível em <http://www.renoweb.net/LSMS/pace.html>

MONTANDON, Maria Isabel. Aula de piano ou aula de música? O que podemos entender por “ensino de música através do piano”. Em Pauta, Porto Alegre, v.11, 1995.

REINOSO, Ana Paula. O ensino de piano em grupo em universidades brasileiras. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Música. UNIRIO, 2012. p.24.

Sessão 17 – Texto 025

Entendendo conceitos através da experimentação: Extração do DNA do morango Área Temática: Educação

Bárbara Scorsim Arjona¹, Luiz Henrique Domingues², Gustavo Yukio Tanaka Lisboa³, Rafael António Roque Melegari⁴, Eneri Vieira de Souza Leite Mello⁵

¹Aluna do curso de Ciências Biológicas, bolsista PIBEX – UEM, contato:barbarascorsim@gmail.com

²Aluno do curso de Ciências Biológicas, contato:ld.tavaru@gmail.com

³Aluno do curso de Ciências Biológicas, contato:gytlisboa@gmail.com

⁴Aluno do curso de Engenharia Civil, contato:rafaelmelegari@hotmail.com

⁵Prof.^a Depto de Ciências Morfológicas – DCM/UEM, contato:enerileite@gmail

Resumo: *O presente trabalho apresenta o experimento “Extração do DNA do morango”, realizado no laboratório de química do MUDI-UEM, o intuito desta prática foi de apresentar à alunos do primeiro ano do Ensino Médio, com idade entre 14 e 15 anos, um conceito bem complexo dentro da Biologia, o DNA (ou ácido desoxirribonucleico), porém fazendo o uso de uma prática, para desse modo, torna-lo mais visível e próximo do aluno, uma vez que ele realizou a prática, fazendo ativamente e não como mero observador. Verificou-se que todos os alunos, mesmo sem dominar totalmente o conteúdo, demonstraram muito interesse e participaram ativamente das discussões realizadas, além de fazerem diversos questionamentos.*

Palavras-chave: *Museu de ciências- Genética- Laboratório de Química.*

INTRODUÇÃO

De acordo com Furlan et al, 2011, de todas as moléculas que se tem conhecimento, o ácido desoxirribonucleico ou DNA (sigla oriunda do inglês *Deoxyribonucleic Acid*) é uma das mais complexas de entendimento, não só para o estudante, mas também para leigos e até biólogos. Esses autores realizaram uma pesquisa com professores de Ciências e Biologia da Educação Básica, na qual perguntavam quais dos seguintes itens possuíam DNA: polpa de maçã, casca de banana, bagaço de cana, folhas de quaresmeira e catafilo de cebola. Apenas 33% dos professores entrevistados responderam corretamente à questão, assinalando todos os itens. Esta pesquisa demonstrou que uma grande parcela de professores não tem a percepção de que o material vegetal possui DNA.

De modo a remediar essa situação, visamos atingir as crianças, ensinando-as de maneira interativa, que as plantas também possuem DNA. Além disso, ao permitir que os alunos realizem a prática, podemos perceber o quão importante ela é, uma vez que está ligada diretamente ao desenvolvimento das capacidades, das habilidades, dos interesses dos alunos e também no envolvimento dos educandos em investigações científicas, assim como na capacidade de resolver problemas. Os educandos participaram, questionaram e interagiram com a prática, tornando-se sujeitos de suas descobertas (CARMO, S.; SCHIMIN, E., 2008).

MATERIAIS E MÉTODOS

O laboratório de química do MUDI (Museu Dinâmico Interdisciplinar) apresenta dois espaços, o externo, onde se encontra a tabela periódica interativa e o interno, onde são realizados os experimentos químicos propriamente ditos.

Usualmente, os experimentos são realizados na forma de demonstração por parte dos monitores, acadêmicos de diversos cursos da UEM (Universidade Estadual de Maringá). Porém no experimento de extração do DNA do morango, não houve uma demonstração, apenas um auxílio, uma vez que os próprios alunos realizaram o experimento.

Antes de iniciar o experimento, foi realizada uma fundamentação teórica, a qual deveria ser capaz de ajudar a entender os materiais utilizados e os procedimentos necessários para a realização do experimento, além disso, o roteiro da prática foi escrito no quadro branco do laboratório, fazendo com que todos os alunos e monitores tivessem acesso a qualquer momento.

Para a realização desse experimento são necessários os seguintes materiais (por grupo):

01. 1 pistilo;*
02. 1 cadinho;*
03. 1 morango fresco;
04. 1 filtro de papel com funil;
05. Álcool etílico gelado (pode ser álcool 70° g.l.);
06. 1 tubo de ensaio limpo;
07. 2 palitos de madeira;
08. Solução de extração.
 - a) 5 ml de detergente (de preferência sem corante);
 - b) 1,5 gramas de NaCl (sal de cozinha), a quantidade de gramas é equivalente a 2 colheres de chá;
 - c) 90 ml de água;
 - d) Misturar todos os materiais acima.

*Caso não queira usar ou não tiver acesso a esses dois materiais, pode-se usar um saco plástico “zip lock” por grupo.

Métodos:

01. Coloque o morango, previamente lavado e sem as sépalas, no cadinho e macerar bem utilizando o pistilo;*
02. Adicionar o morango macerado a solução de extração no béquer;
03. Misturar tudo levemente usando 1 palito de madeira;*
04. Derramar a solução de extração com o morango, até 1/8do volume total, no tubo de ensaio;
05. Derramar bem devagar o álcool gelado no tubo, até que o mesmo fique cheio pela metade;
06. Mergulhar o palito de madeira delicadamente dentro do tubo no local onde a camada de álcool faz contato com a camada do extrato;
07. Manter o tubo de ensaio no nível dos olhos para ver o que está acontecendo (nesse momento será possível observar o

DNA na ponta do palito de madeira).

*Caso opte pelo saquinho, no passo 1 deve-se macerar bem utilizando punho. Já no passo 3 deve-se misturar apertando com as mãos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes, durante e após a realização do experimento, os monitores trabalharam questões importantes sobre o experimento, especialmente sobre suas técnicas e materiais utilizados, as principais indagações trabalhadas foram: “Por que é necessário macerar o morango?”; “Qual a função do sal de cozinha?”; “Qual o papel do álcool?”. Esses tópicos foram selecionados devido ao fato de explicar o porquê de tal fator ocorrer ao longo do experimento, além de situar melhor o aluno no que está sendo realizado.

As respostas, respectivamente, são as seguintes: O morango precisa ser macerado para que todos os produtos químicos utilizados para a extração cheguem mais facilmente em todas as suas células (DESSEN, E.; OYAKAWA, J.; BUENO, R., 2007), em outras palavras, pode-se dizer que fazendo isso maior será a superfície de contato com a solução de lise e, conseqüentemente, melhor a ação a solução sobre as células. Por sua vez, o sal de cozinha ou NaCl (Cloreto de Sódio) fornece íons, os quais são necessários para a fase de precipitação de DNA (DESSEN, E.; OYAKAWA, J.; BUENO, R., 2007), ou seja, ele proporciona ao DNA um ambiente favorável para a sua extração.

Por fim, na presença do álcool e de concentrações consideradas altas de Na^+ , as quais são fornecidas pelo sal de cozinha, o DNA sai da solução, isto é, ele é precipitado e aprece na superfície da solução (DESSEN, E.; OYAKAWA, J.; BUENO, R., 2007). Em outras palavras, ele torna possível a visualização das moléculas, as quais se agrupam formando vários filamentos muito finos (NUNES, T., 2016).

A partir da aula prática realizada, pude perceber que os alunos demonstraram interesse, porém não se lembravam de muitos conceitos, vale ressaltar que todos estavam no 1º ano do Ensino Médio, onde 3 e 5 alunos tinham, respectivamente, 14 e 15 anos. Para se ter uma noção maior do que eles já sabiam e do que entenderam do experimento foram realizadas duas enquetes, uma antes e outra após a realização do experimento.

Dos 8 alunos que se sentiram a vontade de participar das enquetes, todos afirmaram que sabiam o que era DNA, porém apenas 6 alunos sabiam o que era o Ácido desoxirribonucleico. Além disso, quando foi questionado Quanta (s) hélice (s) o DNA apresenta, apenas 5 obtiveram a resposta correta, por fim, quando foi perguntado quantos tipos de bases nitrogenadas o DNA apresenta, 7 alunos souberam a resposta correta.

Na segunda enquete, a qual foi aplicada ao término do experimento, todos os alunos souberam responder por que se usa o morango para fazer extração e por que amassamos o morango antes de iniciar a realização do experimento. Porém, os alunos apresentaram maior dificuldade na hora de lembrar a função do sal de cozinha (NaCl) e do álcool, uma vez que 7 e 5 alunos souberam, respectivamente, a resposta correta.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que os resultados obtidos foram positivos, uma vez que apesar de não dominarem muitos conceitos, os alunos participaram ativamente da realização da prática e demonstraram uma alta carga de interesse pelo que estava sendo feito. Eles participaram

da introdução teórica, responderam as perguntas realizadas e queriam saber mais sobre o assunto enquanto ocorria a discussão.

REFERÊNCIAS

CARMO, S.; SCHIMIN, E. S. O ensino da biologia através da experimentação. 2008. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1085-4.pdf>> Acesso em: 30 de agosto de 2017.

DESSEN, E.; OYAKAWA, J.; BUENO, R. Extração caseira de DNA do morango. Centro de estudos do genoma humano, 2007. Disponível em <http://www.genoma.ib.usp.br/sites/default/files/protocolos-de-aulas-praticas/extracao_dna_morango_web1.pdf> Acesso em: 30 de agosto de 2017.

FURLAN, C.; ALMEIDA, A.; RODRIGUES, C.; TAIGUSHI, D.; SANTOS, D. Química

nova na escola: Extração de DNA Vegetal: O que Estamos Realmente Ensinando em Sala de Aula? Vol.33, nº1, 2011. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/quimica/artigos/extr_dna_vegetal.pdf> Acesso em: 30 de agosto de 2017.

NUNES, T. Extraíndo DNA o morango: o que aprendemos? ,2016. Disponível em: <<http://pontobiologia.com.br/extraindo-dna-do-morango/>> Acesso em: 22 de agosto de 2017.

Sessão 17 – Texto 073

As Intervenções educativas do Projeto “Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas Ruas”: princípios e direitos.

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Verônica R. Müller¹, Paula M. Natali², Darlei J. T. Jahn³, Marcos A. de S. Silva⁴

¹Prof.^a Depto de Educação Física – DEF/UEM, contato: vrmuller@gmail.com

²Prof.^a Dr.^a Depto de Educação Física – DEF/UEM, contato: paulamnatali@gmail.com ³Aluno do curso de Educação Física, bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: darleijahn13@gmail.com

⁴Aluno do curso de Direito, Bolsista de extensão, contato: maandresouza@gmail.com

Resumo. *O Projeto “Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas Ruas”, integrado ao Programa de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA), tem como proposta a intervenção lúdico-político-pedagógica em bairros com indícios de violações de direitos da criança e do adolescente. Buscando a garantia dos direitos instituídos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o projeto atua com o empoderamento dos detentores destes direitos para sua efetivação a partir do trabalho com jogos, brincadeiras e brinquedos. Este trabalho busca apresentar a intervenção do projeto, evidenciando a relação dos princípios estabelecidos para o projeto e as ações práticas realizadas no bairro Odwaldo Bueno Netto no decorrer dos anos de 2016 e 2017.*

Palavras-chave: *Crianças e Adolescentes – Direitos – Educação Social.*

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de extensão universitária “Brincadeiras com Meninos e Meninas de e na Rua” surgiu no ano de 1997, e está inserido ao Programa Multidisciplinar de Ensino e Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que surgiu no ano de 1993 como um projeto de extensão e depois passou a ser um programa. Desde então o Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e na Rua passou por diversos bairros pobres da cidade de Maringá e região, como Santa Felicidade em Maringá e Jardim Esperança no Sarandi. Nos últimos dois anos estamos realizando nossas intervenções com as crianças e adolescentes moradoras do bairro Odwaldo Bueno Netto, na cidade de Maringá-PR.

O Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e na Rua, tem como objetivo levar assegurar os direitos das crianças e adolescentes por meio de jogos e brincadeiras, com sua abordagem lúdica, levamos os direitos de forma simples, porém efetiva para as crianças e os adolescentes que possuem seus direitos violados cotidianamente.

Nos organizamos de uma forma onde se tem o momento de estudo, de preparação, de avaliação e de discussões. Durante a semana, bolsistas do projeto realizam trabalhos de pesquisas voltados para o estudo dos direitos das crianças e dos adolescentes, e pelo menos um dia da semana fizemos uma reunião onde, realizamos os estudos de autores(as) da literatura que pesquisaram nessa área, neste momento também realizamos a preparação para próxima intervenção que acontece nos sábados.

O objetivo deste trabalho é apresentar as ações implementadas no Projeto Brincadeiras ao longo dos anos de 2016 e 2017, destacando, com base nas análises dos relatórios dos educadores, o impacto causado pelo projeto na comunidade, principalmente com as crianças e adolescentes participantes do projeto, assim como analisar a forma que os princípios tanto do projeto como do PCA se refletem na atuação prática dos educadores.

2. DESENVOLVIMENTO

Em 2015, visando escolher o bairro que atuaríamos discutimos as necessidades e condições da cidade e de alguns bairros de Maringá. Em seguida, elencamos os bairros e regiões com o maior índice de violação de direitos e, nesta etapa do mapeamento, realizamos visitas de reconhecimento aos espaços, o que permitiu aos educadores sociais um primeiro contato com os moradores, o comércio, os serviços, e as crianças e adolescentes, com todos estes dados e também os dados oficiais do município, decidimos por intervir no bairro Odwaldo Bueno Netto por meio de brincadeiras e debater sobre os direitos das crianças e adolescentes que estão estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A metodologia do projeto Brincadeiras parte da defesa dos direitos da criança e do adolescente e dos fundamentos da Educação Social. Para tal, são utilizados jogos e brincadeiras como instrumentos para fomentar a participação e formação política e social dos envolvidos.

Para melhor compreensão do conceito de Educação Social, levanta-se a definição apresentada por NUÑEZ (2004, p.26) apud NATALI (2016, p.17):

Se trata de una apuesta social sobre su futuro: la incorporación de cada sujeto particular a las redes normalizadas de época. La educación social promueve la sociabilidad del sujeto para possibilitar su acceso y circulación por los circuitos sociales amplios. [...] Se trata de acciones particulares en las que un agente de la educación realiza la transmisión de contenidos (del patrimonio cultural amplio) juzgados como necesarios para un sujeto de la educación (NUÑEZ, 2004,p.40)

A avaliação das atividades que realizamos no projeto tem início já na volta do bairro, no carro, quando os educadores relatam suas percepções e conversam a respeito do que houve durante as atividades realizadas no bairro, Desenvolvemos também a avaliação nos nossos encontros de formação que acontecem toda sexta-feira, o que nos possibilita ter uma maior percepção das realidades de cada criança, permitindo-nos tomar algumas decisões para e com elas dentro do projeto.

As brincadeiras que são realizadas no bairro aos sábados são previamente planejadas, porém são flexíveis, ou até mesmo escolhidas pelas crianças e adolescentes, nessas atividades eles podem mudar as regras, entrar e sair da brincadeira quando desejam.

O projeto de extensão adota como princípios o protagonismo das crianças, o trabalho em rede e a liberdade. Assim, no desenvolvimento do trabalho o Projeto Brincadeiras adota como princípios o respeito no tocante à admissão radical da liberdade de ser de cada indivíduo, sendo igual em suas diferenças.

Seguimos também o princípio do compromisso no sentido de colaborar e se

responsabilizar por todas as coisas que acontecem durante e depois dessas atividades, esse comprometimento se dá junto ao projeto e seus participantes comparecendo todos os sábados, cumprindo promessas anteriormente ditas às crianças e adolescentes.

A radicalidade da inclusão dos participantes nas atividades desenvolvidas no bairro independentemente de quais fatores, sejam eles, números de educadores e participantes, idade, biotipo, entre outros é outra diretriz respeitada.

A participação, outro princípio do projeto, das crianças e adolescentes é optativa, ou seja, elas têm a liberdade de escolher de qual atividade participar, quanto aos educadores existe a exigência do cumprimento dos princípios educativos, que estão fundamentados nas relações de direitos e deveres individuais e coletivos. Temos no quinto princípio, o diálogo, uma poderosa ferramenta de aproximação entre os educadores e os participantes do projeto (MULLER e RODRIGUES, 2002).

Ao longo do período do projeto, foi possível observar progresso quanto aos objetivos estabelecidos no escopo do mesmo. Tais avanços se evidenciaram pela aproximação das mães de várias crianças no projeto, garantindo uma harmonia de convivência maior entre pais e filhos.

Além disso, trabalhando em rede com o CRAS Santa Felicidade, foram indicados os nomes de crianças cujos educadores notaram indícios de violação de direitos, para que o órgão da prefeitura pudesse assim implementar ações de proteção aos indivíduos.

A questão da participação social (MULLER, 2012) também é estimulada, como podemos observar no evento XIV Semana da Criança Cidadã, realizada na Universidade Estadual de Maringá, promovida pelo PCA/UEM onde as crianças participantes do projeto tiveram espaço para expor o que as incomodava nas comunidades que vivem, bem como reivindicar mudanças. Todas essas experiências são registradas em forma de relatos de experiência pelos educadores do projeto.

Dessa intervenção prática evidenciam-se alguns princípios como o comprometimento percebido no período de tempo que o projeto está atuando no bairro, as crianças terem percebido o comprometimento dos educadores resultando havendo assim sua abertura para o diálogo possibilitando a intervenção, ludicidade política pedagógica que o projeto evidencia.

Foi possível notar também no desenvolvimento do trabalho o princípio da radicalidade da inclusão sendo posto em prática com a aproximação das mães das crianças, reforçando que qualquer pessoa da comunidade pode participar do projeto, podendo se retirar a qualquer momento.

3. CONSIDERAÇÕES

Pode-se perceber que, depois de dois anos de tempo total atuando no bairro Odwaldo Bueno Netto, as crianças compreendem o funcionamento do projeto, bem como a importância tanto dos momentos de brincadeiras orientadas quanto dos momentos de discussões sobre os direitos envolvidos nas crianças.

Em vias de conclusão, nota-se que o Projeto Brincadeiras assume hoje papel de extrema importância para a comunidade do Odwaldo Bueno Netto, no sentido de garantia da proteção integral da criança e do adolescente através do protagonismo dos próprios detentores destes direitos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. 7ª edição. Brasília, 2010.
- MÜLLER, V. R.; RODRIGUES, P. C. Reflexões de quem navega na Educação Social: uma viagem com crianças e adolescentes. Maringá: Clichetec, 2002.
- RELATÓRIOS DO PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS DE/E NAS RUAS. 2016-2017.
- MAGER, M et. al. Práticas com Crianças, Adolescentes e Jovens: Pensamentos decantados. Maringá: EDUEM, 2011.
- MÜLLER, V. R. A participação social e a formação política: Territórios a desbravar. Bruxelas: Dynamo Internacional- Street Work Training Institute, 2012.
- NUÑEZ, Violeta. Pedagogia Social: Cartas para Navegar en el nuevo milênio. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Santillana, 2004.
- NATALI, P. M. Formação Profissional Na Educação Social: Subsídios A Partir De Experiências De Educadores Sociais Latino Americanos. 2016.f. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2016.

Sessão 17 – Texto 162

Patronato: um recorte das condições sociais e educacionais dos assistidos pelo programa

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Marcos Leandro Klipan¹, Ana Carolina Eugenio², Fernando Henrique Rodrigues³, Jussara de Pinho Costa⁴

¹Prof. Depto de Psicologia e Coordenador do Programa Patronato de Maringá –PPI/UEM, contato: mklipan@gmail.com

²Pedagoga do Programa Patronato de Maringá– UEM, contato:ace_carolina@hotmail.com

³Assistente Social do Programa Patronato de Maringá, contato:fernandoh.rodriques@hotmail.com

⁴Estagiária de Serviço Social do Programa Patronato de Maringá, contato:jussara_costa@hotmail.com

Resumo. *A violência vinculada ao ato infracional é um fenômeno multifatorial e se tornou um grave problema para a sociedade na qual estamos inseridos. A compreensão da situação social na qual o indivíduo está inserido e a influência que a educação possui nesse processo é de fundamental importância, não como forma de justificar o ato, mas para quebrar paradigmas e minimizar preconceitos, de modo a compreender e enxergar o sujeito dotado de complexidade. A pesquisa tem como objetivo conhecer quais condições de vulnerabilidade que o sujeito autor de ato infracional se encontra e refletir sobre a existência de possibilidade de intervenção, a fim de contribuir para o seu processo de escolarização; viabilizando uma mediação que trabalhe a subjetividade do indivíduo voltado para a sensibilização e absorção de novos valores significativos para sua reintegração social.*

Palavras-chave: *educação – evasão escolar – inclusão social*

1. O PROGRAMA PATRONATO

Em outubro de 2013, por meio de um convênio entre a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJU); hoje substituída pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi estabelecido o Programa Patronato, cuja sede se situa nas imediações desta última instituição, tendo como finalidade atender egressos beneficiados com a progressão para o regime aberto, liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos, liberdade vigiada, prestação de serviços à comunidade e os com suspensão condicional da pena (*sursis*), por determinação da Vara de Execuções Penais, dos Juízes das Varas Criminais e Justiça Federal, com penas restritivas de direito.

Este artigo foi pensado a partir de um trabalho realizado no Programa Patronato de Maringá, o qual visa uma reflexão mais profunda e humana sobre a reintegração dos envolvidos com o sistema penal à sociedade, adequando a pena ou a medida alternativa às condições pessoais do sujeito. O Programa Patronato de Maringá possui como objetivo a realização de um atendimento pessoal, analisando a subjetividade de cada caso encaminhado, por essa razão, o Programa possui cinco áreas distintas: Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social; a fim de contribuir para

uma análise holística acerca do indivíduo.

2. PERFIL DO PÚBLICO ASSISTIDO PELO PROGRAMA

Ao analisarmos o perfil dos assistidos atendidos pelo Programa Patronato de Maringá, precisamos compreender os conceitos que determinam e que norteiam a denominação social do ser humanizado, ou seja, quais os pressupostos necessários para que o indivíduo seja aceito socialmente. Conforme Leontiev (1978), o indivíduo se adapta e se "humaniza" de acordo com os estímulos do seu meio. O autor cita as diferenças nas aquisições de conhecimento determinadas pelas diferenças sociais que caracterizam uma sociedade marcada pela distribuição desigual de renda. Ressalta essas diferenças supondo que se um ser inteligente vindo de outro planeta chegasse a Terra e retratasse "as aptidões físicas, mentais e estéticas, as qualidades morais e os traços do comportamento de homens pertencentes às classes e camadas sociais diferentes", raramente concordaria que esses seres seriam de uma mesma espécie. O autor reforça que as desigualdades entre os homens é produto da desigualdade econômica, da desigualdade de classes e da diversidade "consecutiva das suas relações com as aquisições que encarnam todas as aptidões e faculdades da natureza humana, formadas no decurso de um processo sócio-histórico" (LEONTIEV, 1978, p. 268). Portanto, as desigualdades e injustiças sociais são fatores relevantes para haja divergência e conflitos sociais.

Conforme discursa Ireland (2011), "[...] a América Latina é reconhecida como a região mais desigual do mundo em termos da distribuição de riqueza e renda". Dados de 2009 revelam que 33,1% da população viviam em pobreza, dos quais 13,3% viviam em condições de extrema pobreza" (p.22). Ao analisamos a história da educação no Brasil, percebe-se que as escolas começaram com a divisão dos homens em classes; uma classe que explora e domina outra. A contradição entre as classes marca a questão educacional e o papel da escola. Grande parte dos casos atendidos no Programa Patronato de Maringá, refere-se à indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, morando em regiões periféricas e tendo o trabalho informal como única maneira de sustentabilidade. Essas características são marcantes quando relacionadas à baixa escolaridade dos assistidos atendidos pelo Programa Patronato.

Verificamos que dos 1.600 assistidos atendidos entre os anos de 2016 e 2017 no projeto, 0,63% dos assistidos são analfabetos, 0,21% são alfabetizados, 12,80% possuem o Ensino Fundamental, 37,90% - possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 23,42% - concluíram o Ensino Médio, 18,21% o Ensino Médio Incompleto e somente 6,82% o Ensino Superior. Diante da estatística, percebemos que a desigualdade econômica influencia na exclusão social, principalmente quando está relacionado á um público mais vulnerável; características essas observadas nos casos atendidos pelo Programa Patronato e que nos leva a pensar nas relações que podemos realizar sobre a exclusão social, evasão escolar e o aumento significativo e crescente dos níveis de violência e criminalidade.

3. EDUCAÇÃO E REFLEXO SOCIAL

Conforme as triagens realizadas no Programa Patronato, razões de ordem social e econômica são constantes para justificar a evasão escolar levantadas. A grande maioria relata que a maior causa de evasão escolar relaciona-se com a necessidade de começar a

trabalhar para ajudar na renda familiar. Outro fator determinante é o papel que a educação possui para esse público, mediante as condições sociais que possuem. Com base nos atendimentos realizados pelo Programa, a maior parte dos assistidos são de famílias de baixa renda, onde o trabalho não é uma opção, ou seja, deixam de frequentar a escola, seja pela incompatibilidade de horários, ou em razão da urgência de complemento e sustento familiar, motivo pelo qual, muitos ingressam no mercado de trabalho precocemente, abandonando a formação escolar, por vezes, pela sensação de que os conteúdos aprendidos não trarão o retorno significativo e imediato que esperam e necessitam. Ademais, qualquer decepção, por mínima que seja, sofrida no decorrer desse processo de escolarização, faz com que estes sujeitos abandonem o ambiente escolar.

Desta forma, o processo desigual de acesso e permanência no ambiente escolar, dado principalmente pelas diferentes necessidades econômicas e sociais, empurram muitas pessoas para fora do processo de escolarização, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio, momento em que já se pode ter acesso ao mundo do trabalho, formal e, principalmente, informal. Diante do exposto, percebemos que a educação não é a prioridade na vida dos indivíduos assistidos pelo Programa, talvez por não a considerarem como um direito de todos, mas sim uma oportunidade a qual não lhes é permitido aproveitar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação por ser um reflexo da sociedade na qual estamos inseridos, está relacionada a uma realidade complexa. Quando pensamos na educação voltada para o autor de ato infracional, este contexto é ainda mais “volátil e carregado”. Assim, precisamos repensar na educação no sentido de transformação social para esse público, pois necessitam de outros meios de acolhimento para que auxiliem no processo de reestruturação educacional como: “apoio material, atendimento de saúde, assistência social, trabalho e renda em adição à educação (Brasil. Lei nº 7.210, 1984)”, ou seja, a articulação de políticas públicas e educação são fundamentais para alcançarmos um resultado satisfatório (IRELAND, 2011, p.35). Diante da experiência profissional e dos relatos obtidos nas triagens pedagógicas, percebemos que existem perspectivas negativas pré-estabelecidas em consequência da precariedade de recursos que dificultam a ressignificação de princípios e valores no ser adulto que já foi vitimado pelo fracasso escolar e a falta de apoio social durante seu processo de desenvolvimento de identidade.

A retomada de estudos está associada a possibilidade de aceitação e valorização social. Em virtude disso, torna-se necessário um projeto de ação que intervenha socialmente quebrando paradigmas e preconceitos. Convênios administrativos, empresariais, políticas públicas ou projetos que valorizem ações relacionadas com reintegração social do egresso do sistema prisional seria uma forma de estímulo para que mais pessoas se interessassem pelo assunto. Para se compreender o real significado de uma legislação, é preciso captar o seu espírito, interpretando e analisando o seu contexto. Assim, conhecer o histórico de vida que está por trás do delito cometido é de suma importância para se combater o preconceito e possíveis julgamentos; não como forma de justificar o delito, mas para compreender as questões sociais que norteiam e interferem nas relações que são adquiridas em cada situação.

Outro fator que influencia para que se tenha uma visão deturpada e ideológica da

educação, relacionada aos egressos do sistema, é a concepção de educação como oportunidade ou prêmio, o que dificulta a organização para a reivindicação dessa como um direito; pois a possibilidade de aprendizagem relaciona-se com a obtenção de benefícios relacionados ao cumprimento da pena. A idéia de ordem e disciplina presente no sistema educacional, remete a questões de aprisionamento e vigilância, sugerindo à um sistema prisional. Nessa perspectiva, a educação atinge um número pequeno de assistidos atendidos pelo programa. Para tanto, é imprescindível pesquisas na área que abordem o tema relacionado à educação para o público que está sendo reintegrado na sociedade, após o regimento fechado, a fim de estudar possibilidades de articulação entre os órgãos da administração penitenciária, educação e justiça enfatizando a responsabilidade de todos na aplicabilidade do direito à educação e, por conseguinte, das diretrizes nacionais (OLIVEIRA, 2013, p.11)

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IRELAND, Timothy D. *Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios*. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 1-179, nov. 2011.

LEONTIEV, Alexis. *O Homem e a Cultura*. In:_. O Desenvolvimento do Psiquismo. Cidade, livro Horizonte: 2004. p. 260-284.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. *A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG)*. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 4, 2013.

Sessão 17 – Texto 174

Contribuições do Acompanhamento Psicossocial (AP) para a ressocialização de egressos penitenciários e beneficiários da justiça assistidos pelo Programa Patronato de Maringá Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Marcos Leandro Klipan¹, Ana Priscilla Vendramini², Andressa Carolina Viana dos Santos³, Jenniffer Lucas⁴, Leonardo Tessarollo⁵, Mariane Gobbi⁶, Vivian Reis Liberato⁷

¹Prof.º Depto de Psicologia da Uem–DPI/UEM, contato:mklipan@gmail.com

²Graduanda do 5º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: anaprivendramini@gmail.com

³Graduanda do 3º ano do curso de Psicologia da UEM, contato:andressacarol.vs@gmail.com

⁴Psicóloga do Programa Patronato de Maringá, contato: jenniffer.lonkoski.lucas@gmail.com

⁵Graduando do 3º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: leonardotessarollo@gmail.com

⁶Graduanda do 5º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: mahh.gobbi@hotmail.com

⁷Graduanda do 4º ano do curso de Psicologia da UEM, contato: vivianliberato5@gmail.com

***Resumo:** A equipe de psicologia do Programa Patronato de Maringá é responsável, juntamente com os demais profissionais e graduandos do Programa, em auxiliar na reinserção social dos indivíduos que são encaminhados pelos juízos criminais. Uma das estratégias para esse trabalho é o Acompanhamento Psicossocial (AP). Trata-se de uma proposta de atendimento individualizado em que se busca proporcionar aos atendidos reflexões sobre suas posturas e ações e ressignificações de fatos ocorridos anteriores, criando assim melhores meios de reinserção social. Partindo dessa estratégia utilizada pela equipe de Psicologia no Programa Patronato, nos deteremos nesse resumo a descrever o que consiste o Acompanhamento Psicossocial (AP), bem como as suas contribuições para a ressocialização do público recebido pelo Programa.*

***Palavras-chave:** Acompanhamento Psicossocial – Psicologia - Programa Patronato de Maringá.*

A proposta do Acompanhamento Psicossocial no contexto do Programa Patronato de Maringá

O Programa Patronato de Maringá é um órgão de execução penal em meio aberto que se encontra em corresponsabilidade dos Poderes Públicos Estadual e Municipal, do Poder Judiciário e Ministério Público, Estadual e Federal. Surgiu em 2013, com a proposta de acompanhar, fiscalizar e monitorar o cumprimento das Alternativas Penais, que são aplicadas aos assistidos. Entende-se por assistido o egresso beneficiário dessas alternativas penais, benefício tal que está embasado nos arts. 78 e 79 da lei nº 7210/84. As alternativas penais compreendem todo e qualquer tipo de pena e medida alternativa aplicada em meio aberto, seu objetivo é reduzir tanto quanto possível as penas restritivas de liberdade (SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, 2013).

Reconhecendo o fracasso desse sistema, o Programa Patronato surge como uma

proposta de implementação alternativa às penas restritivas de direito. Partindo de uma atuação educativa e ressocializadora, se pauta no respeito aos direitos humanos e na promoção e garantia da cidadania para promover o seu objetivo primeiro: a inclusão social (SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, 2013).

Dentre as alternativas penais abrangentes pelo Patronato, encontra-se o Acompanhamento Psicossocial, definido por Gonzaga et al. (2006, p. 209) como um recurso cuja finalidade é ajudar o indivíduo a explorar e utilizar de maneira mais satisfatória os seus recursos individuais, para que seja capaz de adotar uma conduta mais adequada no meio social em que vive, alcançando a satisfação social e pessoal dentro dos limites permitidos pela sociedade. Para isto, busca-se auxiliar o sujeito no processo de conhecer, sem distorções, a sua realidade, o seu contexto e as suas condições.

Assim, o Acompanhamento Psicossocial pode contribuir com a promoção da conscientização dos assistidos pelo Programa Patronato em relação ao delito cometido, auxiliar no exercício da sua cidadania, e para que não haja a reincidência criminal.

Os acompanhamentos podem se dar em forma de determinação judicial, por demanda espontânea – há um espaço para que o sujeito busque o Programa caso deseje ter um espaço de fala e escuta qualificada – ou, ainda, a partir da determinação da equipe da Psicologia. Geralmente esses indivíduos realizam os acompanhamentos mensalmente, contudo, vale salientar a existência de atendimentos quinzenais e trimestrais. Nesse recurso de alternativa penal, o assistido é acompanhado por um profissional/graduando da equipe de Psicologia que terá a responsabilidade de fiscalizá-lo no cumprimento do que lhe foi imposto.

Para a manutenção e fortalecimento do vínculo, procura-se evitar a rotatividade dos atendimentos, com o intuito de manter apenas um profissional ou graduando responsável pelo atendimento. Atualmente o Programa Patronato de Maringá mantém 23 acompanhamentos psicossociais, em que 11 desses são realizados por determinação e obrigatoriedade do juízo, 3 acompanhamentos por demanda espontânea, e 9 acompanhamentos por necessidade verificada pela equipe da Psicologia.

Aproximações metodológicas

É importante ressaltar que o Acompanhamento Psicossocial não deve ser assimilado à clínica tradicional. A periodicidade com que os encontros acontecem, a inexistência de um setting terapêutico, a não necessidade de se traçar um diagnóstico são algumas das características que diferenciam o Acompanhamento Psicossocial da psicoterapia.

Podemos encontrar mais semelhanças – porém, não uma equivalência – dos APs com o que Dutra (2004) chama de práticas clínicas emergentes, ou seja, práticas clínicas que tem se renovado a partir das demandas do contexto, “(...) Nessa nova concepção de clínica psicológica, entende-se que o ato clínico deve ser contextualizado e refletido, onde quer que este se realize ou onde quer que a clientela esteja. É preciso evitar abstrair o ser humano do contexto em que ele vive (...)” (DUTRA, 2004, p. 383). No Acompanhamento Psicossocial busca-se refletir e analisar junto com o indivíduo o contexto ao qual ele está inserido para que ele possa, então, ressignificar suas questões, e construir estratégias de reinserção no meio social de forma digna, exercendo os seus direitos de cidadão e não mais como um sujeito que cometeu um delito.

Assim, a proposta do acompanhamento Psicossocial assemelha-se a proposta de aconselhamento e orientação psicológica proposta por Carl Rogers na década de 1940, porém não pode ser considerado prática dessa tipologia. Essa prática de acordo com Santos (1982) busca desenvolver no cliente uma reflexão acerca dos seus atos e escolhas para auxiliar na compreensão do meio e realidade que está inserido para que então possa buscar meios de atuação mais satisfatórios. Na descrição de Roger não há a definição de aconselhamento psicológico, entretanto essa prática pode ser considerada como um modelo restaurativo do indivíduo em que visa-se a percepção da realidade a sua volta (SANTOS, 1982).

A prática instituída pelo Programa Patronato de Maringá tem similaridades com a proposta rogeriana de aconselhamento psicológico, tendo em vista a busca pela reflexão do cliente acerca das condições que percorrem sua vida e perpassam seus atos. Todo esse trabalho é calcado no contexto atual do indivíduo e não remete a questões edípicas ou de um passado distante como a proposta de uma psicoterapia breve ou até mesmo da clínica clássica psicanalista.

No contexto dos assistidos pela equipe do Patronato o trabalho do acompanhamento psicossocial busca auxiliar o assistido em sua reinserção social, considerando os estigmas e preconceitos acerca de pessoas em conflito com a lei. Além disso, a demanda muitas vezes é encaminhada pelo juízo criminal como componente da pena atribuída ao indivíduo, salvo alguns casos em que o assistido solicita o atendimento ou a equipe verifica a necessidade de sua realização. Dessa forma, podemos então estabelecer similaridades entre a proposta de acompanhamento psicossocial e as práticas clínicas emergentes e acompanhamento psicológico, entretanto há ainda algumas disparidades que precisam ser descritas para que não haja confusão entre esses modelos de atendimento, embora ambas busquem a emancipação do sujeito frente ao meio que está inserido.

Objetivo do resumo expandido

Apresentar uma das práticas da equipe da Psicologia do Programa Patronato de Maringá que auxilia no processo de ressocialização dos indivíduos atendidos.

Objetivo do Programa Patronato de Maringá na utilização dos Acompanhamentos Psicossociais

Realizar o levantamento de informações sobre os indivíduos atendidos, fornecer espaço de fala e escuta qualificada, auxiliar na reflexão acerca do delito cometido, construir conjuntamente novas projetos de vida a curto e a longo prazo.

Metodologia

Os assistidos pelo Programa Patronato são encaminhados pelos juizados criminais de Maringá com uma pena a ser cumprida. A demanda pela realização de Acompanhamentos Psicossociais pode ser estabelecida pelos juizados, pela equipe de Psicologia do Programa ou pela procura espontânea por acompanhamento.

Sendo dado início ao acompanhamento, coleta-se informações essenciais sobre as vivências do assistido e verifica-se quais as demandas para orientação. Esse espaço é

utilizado também para a construção em conjunto de projetos de vida, para a realização de encaminhamentos específicos, e para reflexão acerca dos delitos.

Resultados

O Acompanhamento Psicossocial é um recurso relativamente novo e pouco se encontra na literatura sobre essa temática. Uma das contribuições desse resumo é ampliar os conhecimentos e conteúdos que se encontram escassos sobre esses acompanhamentos. No campo prático, demonstra ser um importante recurso eficaz contra as penas restritivas de direito,

De maneira geral, esses acompanhamentos, por serem mais breves, se adaptam ao contexto de trabalho da equipe de Psicologia desse Programa. Enquanto benefício ao assistido, o Acompanhamento Psicossocial promove um espaço de reflexões, conscientização, e construção de mudanças de comportamento que o levem a internalizar novas condutas e aprimorar as suas relações (GONZAGA; SANTOS; BACARIN, 2002; SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, 2013).

REFERÊNCIAS

DUTRA, E. *Considerações sobre as Significações da Psicologia Clínica na Contemporaneidade*. Estudos de Psicologia, v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/261/26190221/>> Acessado em: 03 de agosto de 2017.

GONZAGA, M. T. C. et al. *Programa Pró-Egresso de Maringá, Paraná, Brasil: A eficiente aplicação das medidas alternativas à prisão no Brasil*. In: VARELA, O. H.; ÁLVAREZ, H. R.; SARMIENTO, A. J. *Entre la psicología y el derecho: cruzamientos discursivos*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2006, p. 187-212.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. *Patronato Municipal: Municipalização da Execução das Alternativas Penais*. 2013. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/arquivos/File/Patronato/cartilha_patronato_SEJU_29.pdf>. Acessado em: 03 de agosto de 2017.

GONZAGA, M. T. C. et al. *A área de Psicologia integrada no programa Pró-Egresso de Maringá*. In: GONZAGA, M. T. C.; SANTOS, H. M. R.; BACARIN, J. N. B. *A cidadania por um fio: a luta pela inclusão dos apenados na sociedade*. Maringá: Dental Press Editora, 2002, p. 65-74.

SANTOS, O. B. *Aconselhamento Psicológico & Psicoterapia: Auto-afirmação - um determinante básico*. SP: Pioneira, 1982.

Sessão 21 – Texto 057

“Dança como meio de expressão corporal na terceira idade”

Área Temática: saúde

Darah D. T. de Lima¹, Alexandre M. da Silveira², Telma A. Pacifico Martineli²,
Felipe de O. Matos²

¹Aluna do curso de Licenciatura em Educação Física DEF/UEM

²Departamento de Educação Física – DEF/UEM Contato: telmamartineli@hotmail.com

Resumo *O presente trabalho aborda a dança como meio de expressão corporal para terceira idade em sujeitos participantes do Projeto de Extensão “Cultura Corporal para Idosos”, com o objetivo proporcionar às idosas atividades de dança como meio de expressão corporal com intuito de socialização e bem-estar e ressaltando seus principais benefícios. Refere-se a observações feitas durante as aulas de “Dança” do projeto, realizada na Universidade Estadual de Maringá. As aulas são realizadas duas vezes na semana no DEF/UEM com idosos de ambos os sexos, totalizando 25 idosos, numa faixa etária de 55 a 70 anos. Os resultados foram considerados bastante satisfatórios, devido a participação total e ativamente dos idosos nas atividades propostas, com assiduidade nas aulas. Conclui-se que todas as atividades propostas para os idosos se obteve resultados positivos, devido observações feitas percebeu-se que ocorreu um aumento significativa na qualidade de vida.*

Palavras-chaves: Dança; Idosos; exercício físico

INTRODUÇÃO

A dança é uma expressão corporal na qual o corpo reproduz sentimentos e emoções segundo Nanni (1995) aponta que o ser humano utilizou a dança como linguagem corporal, simbolizando alegrias, tristezas, vida e morte, para celebrar o amor, a guerra e a paz, ou seja, ela representou diversos aspectos da vida humana. Desta forma, dançar é uma atividade física que envolve corpo e alma. Somos um corpo inteligente, um corpo que sonha, reage, se emociona, sofre e que têm afetos. Cada um traz consigo uma história corporal. Nosso corpo cresce com a experiência da atividade que praticamos (TODARO, 2014). De acordo com Cassari (2010) a dança é uma representação da corporeidade, e se definirá simplesmente por existir, por ser presente, por relacionar-se com as coisas e com o mundo, contemplando a “magia” do entendimento acerca do que as pessoas têm a dizer. Durante o processo de envelhecimento vivenciamos uma série de restrições de comportamento social, que nos deixa cada vez mais imóveis e impossibilitados de expressar sentimentos e emoções por meio do movimento, visto que a própria sociedade exige de nós comportamentos adequados ao meio ambiente e à situações. Isso se agrava durante a terceira idade, em que além das barreiras sociais, temos também um enrijecimento corporal decorrente de perda de massa e força muscular, atrofiamento de ligamentos e tendões que causam restrições articulares (DAVINI e NUNES, 2003).

Nesse sentido vale ressaltar a importância da dança na terceira idade não só

pelos vários benefícios físicos que ela traz, mas por quebrar paradigmas estéticos, em que se percebe certo preconceito tanto da sociedade quanto do idoso nessa etapa da vida. O corpo fala e é necessário entender pelos movimentos o que não é dito pela oralidade do discurso. Robatto (1994) cita que a dança pode ter seis funções: autoexpressão, comunicação, diversão e prazer, espiritualidade, identificação cultural, ruptura e revitalização da sociedade. A dança tem forte caráter sociabilizador e motivador; seja em par ou sozinho, seja velho ou criança, seja homem ou mulher, dançando todos nos sentimos bem. É uma prática para toda a vida, que nos desperta sentimentos e desenvolve capacidades anteriormente inimagináveis.

Portando o trabalho tem como objetivo proporcionar às idosas atividades de dança como meio de expressão corporal com intuito de socialização e bem-estar e ressaltando seus principais benefícios psicológicos, emocionais e educacionais frente ao movimento humano.

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho é um relato de experiência das aulas de “Ritmos” do projeto “Cultura corporal para idosos”, realizado nas dependências do Departamento de Educação Física da UEM. O objetivo das aulas foi proporcionar atividades rítmicas e dançantes para favorecer a mobilidade, a coordenação e a resistência cardiorrespiratória dos participantes. As aulas têm duração de 60 minutos e foram realizadas duas vezes na semana durante um período de quatro meses no primeiro semestre de 2017. A média de participantes das aulas é de 20 idosos com idades entre 60 a 75 anos.

Metodologicamente, as aulas foram elaboradas de acordo com o desenvolvimento da turma. As músicas e os passos foram planejados para, gradativamente, aumentar a velocidade e a intensidade da atividade, inicialmente com ritmos mais lentos e passos simples e posteriormente com ritmos mais rápidos e passos mais elaborados. Dessa forma buscou-se o controle da intensidade dos exercícios. A cada duas ou três músicas havia um intervalo de dois minutos para compensar o esforço realizado e assim suprir as necessidades fisiológicas como recuperação e hidratação dos idosos. As últimas músicas foram orientadas ao relaxamento e alongamento muscular para finalizar a aula. As músicas utilizadas foram bem variadas, escolhidas entre sucessos dos anos 60, 70 e 80, além de músicas recentes, com intuito de motivar e agradar os gostos musicais dos participantes.

A cada aula foram propostas dinâmicas diferentes, não só de passos rítmicos e dançantes, como dito acima, mas também dinâmicas de grupo e pequenas danças com os passos realizados na aula.

Todo método foi pensado no desenvolvimento do idoso e em suas características biopsicossociais, o que possibilitou aos idosos vivenciarem a dança e expressarem sua criatividade, emoções e sensações.

RESULTADOS

Por meio das observações diárias dos acadêmicos e professores do projeto, foi possível constatar que houve um progresso considerável na aptidão física, nos movimentos e gestos corporais das idosas. Qualidades físicas como a agilidade, a coordenação, a flexibilidade e o ritmo apresentaram melhoras consideráveis.

Após o período de intervenção, as participantes conseguiram realizar as coreografias com maior facilidade. De acordo com Paiva et al.(2010), a dança desenvolve diversas habilidades motoras como ritmo, coordenação motora e percepção espacial, aprimora também a musicalidade e interfere diretamente na autoestima do praticante, pois permite o convívio social e o aumento das relações sociais.

Durante as aulas foi notório a melhora da autoestima e da autoconfiança que os idosos foram adquirindo. A cada superação de dificuldade, acertar um passo de dança ou uma coreografia completa era motivo de comemoração. Observamos o sentimento de alegria e felicidade em cada rosto, pois ali era o lugar onde cada um se expressava de uma maneira diferente, sem restrições ou pré-julgamentos.

Outros benefícios também foram alcançados por meio da dança, visto que ela é considerada uma atividade física de baixo impacto e que contribuiu satisfatoriamente no gasto calórico, auxiliando a manutenção ou redução do peso corporal. Além disso, realizada de maneira moderada a dança reduz risco de mortalidade e de desenvolvimento de doenças cardíacas. Para Leal e Haas (2006), devido a todo um histórico biológico, muitos idosos não procuram a dança por exibicionismo ou profissionalismo, mas pelo simples fato de que a dança pode suprimir desejos reprimidos, além de fugir da solidão em casa, buscando uma gama de opções para superarem suas dificuldades.

CONCLUSÃO

Concluimos que os objetivos do projeto foram alcançados, visto o aumento da independência e autonomia dos participantes, assim como pela própria satisfação expressa pelos envolvidos. As atividades propostas para os idosos foram benéficas aos participantes, pois, através das observações realizadas, percebemos que houve uma melhora satisfatória nos parâmetros físicos como equilíbrio, coordenação, ritmo e frequência cardiorrespiratória, e em parâmetros psicossociais, como autoestima, ansiedade e diminuição do estresse e socialização. Acreditamos que as atividades de dança foram fundamentais para o desenvolvimento dos idosos contribuindo significativamente para inserção social e melhora da qualidade de vida desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

CASSARI, KeiceGranzotto. *Dança: linguagem corporal*. O Blog da comunicação & dança, 9 de fevereiro 2010. Disponível em:

<<https://todocomposto.wordpress.com/2010/02/09/danca-a-linguagem-corporal/>>.

Acesso em: 26 de agosto 2017.

DAVINI, R; NUNES, C.V. *Alteracoes no sistema neuromuscular decorrentes do envelhecimento e o papel do exerciciofisico na manutencao da forza muscular em individuosidosos* Rev. bras. fisioter;7(3):201-207, set.-dez. 2003

LEAL, I.F.; HAAS, A.N. *O significado da dança na terceira idade*. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano. 64-71 - jan./jun. 2006

NANNI, D. *Dança educação: Pré-escola à Universidade*. Rio de Janeiro: Sprint,1995.

PAIVA, Ana Clara de Souza et al. *Dança e envelhecimento: uma parceria em movimento*. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 15, n. 1, p. 70-72, 2010.

ROBATTO, L. *Dança em processo: a linguagem do indizível*. Salvador: UFBA, 1994.

TODARO, Monicaos benéficos da dança na terceira idade. *O Blog da Dança de Salão Catarinense*, 1 de outubro 2013. Disponível em: <https://dancacatarina.com/2013/10/01/os-beneficios-da-danca-na-terceira-idade/acesso> em: 26 de Agosto 2017.

Sessão 21 – Texto 059

Médicos da Graça: porque brincar é sério Área Temática: Saúde

Cely C. M. Gonçalves¹, Ieda H. Igarashi², Pedro C. A. Ochôa³, Giovana F. Gandolfo⁴, Caique H. M. Suda⁵, Leonardo A. E. Garcia⁶, Vinicio Noda⁷.

¹Prof.^a Depto de Enfermagem–DEN/UEM, contato:ccmgoncalves@uem.br

²Prof.^a Depto de Enfermagem – DEN/UEM, contato:ihhigarashi@uem.br

³Coordenador Artístico - Depto de Cultura – DCU/UEM, contato:pcaochoa@uem.br

⁴Aluna do curso de Enfermagem, bolsista –UEM, contato:favarogiovana@gmail.com

⁵Aluno do curso de Psicologia, bolsista PIBEX/UEM, contato: caiquesuda@hotmail.com

⁶Psicólogo, comunidade externa, contato:leoag@hotmai.com

⁷Pedagogo, comunidade externa, vinicionoda@gmail.com

Resumo. *O projeto extensionista Médicos da Graça em seu décimo segundo ano de existência busca de forma lúdica, por meio da figura do “médico-palhaço,” resgatar a dignidade da criança hospitalizada trazendo à tona o riso e a alegria muitas vezes omitidos pela árdua experiência da hospitalização. Assim, com o objetivo primordial de trazer o riso e desmascarar o sério, o “médico-palhaço” cria uma linguagem única modificando o ambiente à sua volta. O brincar se torna um importante canal de comunicação, uma ferramenta lúdica de humanização que procura resgatar à clientela pediátrica, a sua autoestima o respeito e autonomia, o seu direito intransferível de ser criança, mesmo diante das dificuldades impostas pela doença e hospitalização.*

Palavras-chave: *lúdico – criança – hospitalização*

1. INTRODUÇÃO

“O riso surge e instaura a alegria para que um risco de vida se transforme num mapa de caminhos esperançosos para a criança hospitalizada” (WUO, 2000).

O projeto de extensão Médicos da Graça por meio da atuação do clown, na figura do “médico-palhaço” busca resgatar a dignidade da criança hospitalizada para fazer ressurgir nela o direito de brincar e de ser criança, muitas vezes omitido pela impactante experiência da hospitalização. Com o objetivo primordial de trazer o riso e desmascarar o sério, o médico-palhaço cria uma linguagem única modificando o ambiente à sua volta “pois o riso é uma linguagem universal que todos sabem falar” (WUO, 2009).

O médico-palhaço cria uma nova linguagem com o seu espírito transgressor, expõe o seu ridículo e ri-se de si mesmo.

Por meio de sua máscara, esse personagem tem autorização da comunidade para operar sobre uma lógica de pensamento não linear ou racional. O erro, o ridículo, o absurdo são bem vindos como materiais que tornam efetivo esse olhar. Novos pontos de vista são criados: o carrinho das refeições dos hospitais pode se transformar em um trem, devido a seu barulho; e o posto da enfermagem pode virar um balcão de pizzaria. Ou seja, o foco é totalmente concentrado no presente e na construção de uma relação

lúdica (MASSETTI, 2005).

Desta forma pela inserção do lúdico no contexto hospitalar são fortalecidos os preceitos da atenção humanizada por proporcionar um novo canal de comunicação, pela possibilidade de redução do sofrimento e assim melhorar a relação da criança com a equipe de saúde, a aceitação da hospitalização e dos tratamentos, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da criança hospitalizada (ESTEVEVES, 2014).

A política humanização implica dentre outras posturas, contagiar por atitudes e ações humanizadoras gestores, trabalhadores da saúde e usuários. Demanda muito mais que qualidade técnica dos profissionais, exige diálogo, seriedade e postura ética (SIMÕES, RODRIGUES, 2007 apud JONAS et al. 2013).

Neste contexto, a intervenção dos palhaços do hospital vai além do entretenimento visto que é uma forma de melhorar a comunicação, e a relação interpessoal da criança com todos aqueles que estão envolvidos no seu cuidado (ESTEVEVES 2014). Deste modo, a arte se torna uma forma de linguagem que permite a comunicação com os outros, e que cria a possibilidade de organizar percepções, sentimentos e sensações (MELO 2007).

Entretanto, WUO, 2011 p. 45 refere que [...]“o clown que se relaciona com pessoas nestas circunstâncias deve ficar atento aos limites, ao mesmo tempo em que não pode se esquecer de sonhar, criar, fazer a sua arte. Lidar com essa situação é desafiador: o palhaço possui um senso subversivo que faz a sua natureza querer a todo tempo romper os limites. Quanto a isso, pode-se entender que se lida com as possibilidades imediatas, e não com os tais limites, “subvertendo e burlando a ordem das coisas para que a criança hospitalizada se adorne com a arte de rir da sua própria dor” [..].

Assim a arte do clown é um canal privilegiado de “trânsito” de elementos essenciais a um processo contínuo de transformação, no qual a técnica artística – aliada à criatividade e à imaginação – surge como ferramenta-chave à introdução do lúdico e do humor nas diversas situações hospitalares (WUO 1999 apud ESTEVEVES et al. 2014).

Segundo Oliveira 2013, o Teatro Clown prima pelo humor, ludicidade e criatividade como elementos terapêuticos que podem influir de modo positivo durante a hospitalização das crianças e, por extensão, a seus familiares e às equipes de saúde com o intuito de garantir um cuidado mais integral e humanizado.

O projeto de Extensão Médicos da Graça utiliza o brincar como um importante veículo de comunicação e uma ferramenta de humanização buscando resgatar à clientela pediátrica, a sua dignidade e autonomia, o seu direito intransferível de ser criança, mesmo diante das dificuldades impostas pela doença e hospitalização, respeitando as suas individualidades.

[...] O ofício do palhaço fala do esforço do homem de se entregar à única condição possível de existência: a da relação humana. Ele nos reconecta com essa potencialidade.... [...] MASETTI, 2005

Tal como Oliveira, 2013 acreditamos que repensar o cuidar sem traumas por meio do processo de trabalho criativo compreende um desafio técnico, estético e ético de toda a equipe envolvida no cuidado à criança hospitalizada.

2. OBJETIVO

O objetivo fundamental do Projeto Médicos da Graça é fazer ressurgir na criança hospitalizada, o riso e a alegria omitidos pelo rígido cotidiano da instituição hospitalar. Por meio da performance do “médico-palhaço” buscamos criar um canal de comunicação que nos conecte à criança e que permita à ela experimentar a brincadeira, o jogo, o riso e explorar situações de alegria e entretenimento respeitando a sua individualidade e os seus limites.

3. METODOLOGIA

O projeto de extensão Médicos da Graça da Universidade Estadual de Maringá (UEM) surgiu inspirado no pioneirismo dos Doutores da Alegria que desde 1990 leva o trabalho de atores profissionais para dentro dos hospitais utilizando a figura do palhaço que acredita ser médico (MASETTI, 2005). Diferentemente, o grupo dos médicos da Graça é formado por uma equipe multidisciplinar, treinada por atores profissionais, que reúne discentes e docentes de diferentes áreas do conhecimento e pessoas da comunidade externa, unidas por um objetivo comum: trazer o riso e a alegria ao ambiente hospitalar, especificamente às crianças e adolescentes enfermos. Em duplas ou trios, os “médicos-palhaços” realizam a dinâmica de visitas aos setores de internação pediátrica do Hospital Universitário de Maringá (HUM) em frequência semanal. Estas visitas são intercaladas por oficinas de aquecimento para a criação de novas esquetes e troca das experiências vivenciadas. Nas “consultas” os “médicos-palhaços” levam em suas malas objetos que possam inventar e reinventar dependendo da necessidade do imprevisto que é a alma da atuação *clownesca*, pois quem determina a ação é a criança e a sua imaginação.

4. RESULTADOS

O décimo segundo ano do projeto Médicos da Graça foi marcado por mudanças em sua equipe e pela realização do Curso de Palhaços pela diretoria de cultura (DCU) para agregar novos membros à equipe. O número de visitas totalizou um público estimado em 200 crianças internadas (unidades de internação pediátrica e sala de observação do pronto socorro do HUM), além de 200 mães e acompanhantes presentes nas referidas unidades. A divulgação do projeto se fez com a participação dos Médicos da Graça em outros eventos: recepção dos calouros do curso de medicina e do evento de extensão "Pediatria na Folia 2017", um evento destinado a pacientes e familiares, das enfermarias dos setores de pediatria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte do “médico-palhaço” expõe o ridículo e o “sério é desmascarado” desta forma, se cria uma linguagem única com o poder de transformar positivamente o ambiente à sua volta. O brincar se torna um importante canal de comunicação, uma ferramenta lúdica de humanização que permite à clientela pediátrica, recuperar a sua autoestima, o respeito e autonomia, o seu direito único de ser criança, mesmo diante das dificuldades impostas pela doença e hospitalização. Por um breve momento que seja a criança se apropria do seu ser e dá o tom da brincadeira e assim, ao interagir com o outro, acaba por esquecer a sua condição de enfermo. Atitudes como estas acabam por contagiar

paulatinamente (porque é difícil deixar de ser sério) não só a criança, mas os seus familiares e a toda a equipe institucional. Acreditamos que brincar é muito sério.

REFERÊNCIAS

DE OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pina et al. *Clown Theatre on Hospitalized Children: literature review/Teatro Clown e Hospitalização Infantil: revisão da literatura*. Revista de Enfermagem da UFPI, v. 2, n. 5, p. 96-101, 2014.

ESTEVES, Carla Hiolanda; ANTUNES, Conceição; CAIRES, Susana. *Humanização em contexto pediátrico: o papel dos palhaços na melhoria do ambiente vivido pela criança hospitalizada*. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 18, n. 51, p. 697-708, 2014.

JONAS, Marcela Fonseca et al. *O lúdico como estratégia de comunicação para a promoção do cuidado humanizado com a criança hospitalizada*. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 17, n. 4, p. 393-400, 2014.

MASETTI, Morgana. *Doutores da ética da alegria*. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 9, n. 17, p. 453-458, 2005.

MELO, A. *A terapêutica artística promovendo saúde na instituição hospitalar*. Ibérica: Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos, v. 1, n. 3, p. 159- 89, 2007.

SIMÕES Ana Lúcia, RODRIGUES F, TAVARES DMS, RODRIGUES, LR. *Humanização na saúde: enfoque na atenção primária*. Texto & Contexto Enfermagem, v. 16, n. 3, 439-44, 2007.

WUO, Ana Elvira et al. *O clown visitador no tratamento de crianças hospitalizadas*. [dissertação] Campinas: Univeridade Estadual de Campinas; 1999.

WUO, Ana Elvira. *A linguagem secreta do clown*. Integração [periódico na internet], v. 15, n. 56, p. 57-62, 2009.

WUO, Ana Elvira. *O Clown visitador de crianças hospitalizadas*. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 3, n. 1, 2000.